



MESTRADO

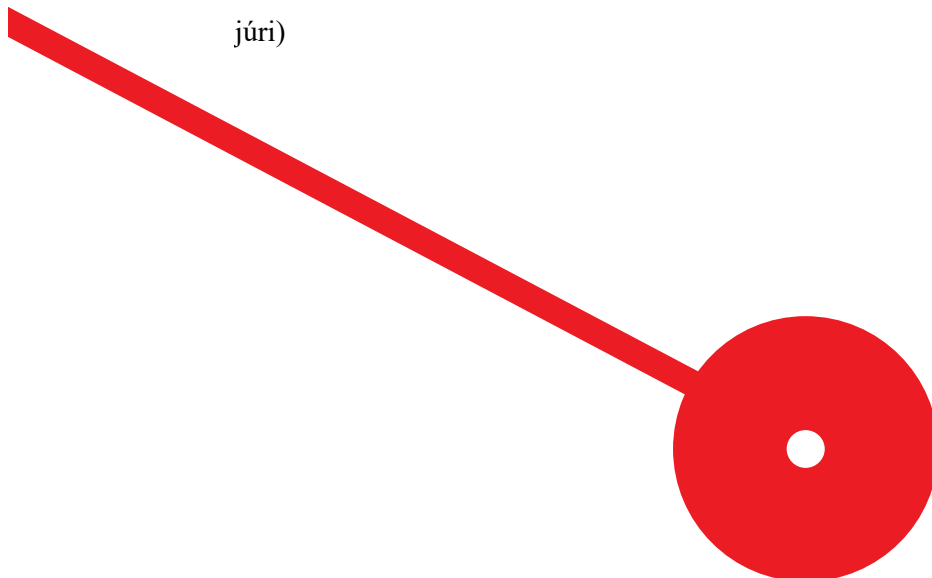
EMPREENDEDORISMO E INTERNACIONALIZAÇÃO

Perceção do impacto dos empreendimentos turísticos na sustentabilidade do destino turístico: análise da cidade do Porto

Igor Filipe Martins Silva

12/2020

Versão Final (Esta versão contém as críticas e sugestões dos elementos do júri)



M

MESTRADO

EMPREENDEDORISMO E INTERNACIONALIZAÇÃO

Perceção do impacto dos empreendimentos turísticos na sustentabilidade do destino turístico: análise da cidade do Porto

Igor Filipe Martins Silva

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Empreendedorismo e Internacionalização, sob orientação do Professor Doutor Orlando Lima Rua

Agradecimentos

Quero começar por agradecer aos meus pais e avós por apoiarem sempre as minhas escolhas, pois sem eles nada disto era possível. Muito obrigado do fundo do meu coração.

Um obrigado muito especial, também, a todos os meus amigos que estiveram sempre disponíveis para me ajudar ao longo deste projeto. O seu apoio foi essencial para me motivar a fazer mais e melhor.

Por fim, mas não menos importante, gostaria de agradecer ao meu orientador pela sua disponibilidade, pelo seu apoio e pela sua paciência ao longo de todo este processo. A sua ajuda foi fundamental para desenvolver e concluir este trabalho. Mais uma vez, um enorme obrigado professor.

Resumo

O objetivo fundamental deste estudo reside em perceber qual é o impacto que os empreendimentos turísticos existentes numa dada região turística, neste caso específico a cidade do Porto, acarretam na sustentabilidade dessa mesma região, sendo esta uma questão muito pouco explorada em termos de literatura. Por esse motivo, esta problemática acaba por ser um tema bastante desafiante de ser trabalhado, uma vez que irá acrescentar valor ao pouco conhecimento existente sobre esta temática.

Para esta pesquisa foi escolhida a pesquisa quantitativa, mais concretamente a realização e divulgação de um inquérito por questionário estruturado, já que permite uma resposta prática, rápida, anónima e em grande número, sendo que o questionário foi respondido apenas por residentes da cidade do Porto.

Os dados recolhidos pelo questionário provieram de uma amostra composta por 166 indivíduos e os resultados alcançados permitiram gerar algumas conclusões. Foi possível perceber que os empreendimentos turísticos, através das suas receitas, podem contribuir para o desenvolvimento de medidas mais sustentáveis que contribuem para a construção de um destino mais sustentável. Observou-se, também, que a construção de empreendimentos turísticos na cidade, aos olhos dos residentes, implica um uso excessivo do solo e dos recursos do território, prejudicando o nível de sustentabilidade da cidade.

De um modo geral, os empreendimentos turísticos, devem ser construídos de forma sustentada, sob a orientação de um bom plano de ordenamento de território e com a adoção de medidas de funcionamento sustentáveis, de modo a minimizar os impactos negativos causados no meio físico e cultural, aumentando os impactos positivos, contribuindo, dessa forma, para a construção de um destino cada vez mais sustentável.

Palavras-chave: Empreendimentos Turísticos, Sustentabilidade, Destino Turístico, Porto.

Abstract

The main goal of this study is to understand the impact that tourism enterprises in a given region, in this case the city of Porto, have on the sustainability of that same region. This is an understated question in the literature. For this reason, this issue is an extremely challenging one to work and it will add value to the existing knowledge on this subject.

A quantitative survey was chosen for this search. A structured questionnaire was produced and distributed, a method proven to be practical and fast while providing anonymity. This questionnaire was answered only by residents of the city of Porto.

The data was collected from a sample of 166 individuals and the results achieved allowed the generation of conclusions. It was possible to realize that tourism enterprises, through their revenues, can contribute to the development of more sustainable measures, which turns the region into a more sustainable destination. It was also observed that the construction of tourism enterprises in the city, in the eyes of the residents, implies an excessive use of land and resources of the territory, damaging the level of sustainability.

In general, the tourism enterprises should be built in a sustainable way, under the guidance of a good land-use plan and with the adoption of sustainable operating measures, in order to minimize their negative impacts on the physical and cultural environment, increasing the positive impacts, thus contributing to the construction of an increasingly sustainable destination.

Key words: Tourism Enterprises, Sustainability, Tourist Destination, Porto.

Índice geral

Capítulo I – Introdução.....	1
Capítulo II – Enquadramento Teórico	4
2.1 Empreendedorismo.....	5
2.1.1 Conceito e evolução.....	5
2.1.2 Empreendedorismo e crescimento económico	10
2.1.3 Empreendedorismo sustentável	13
2.2 Turismo.....	17
2.2.1 Conceito.....	17
2.2.2 Sustentabilidade na área do turismo	21
2.2.3 Influência do empreendedorismo na atividade turística.....	24
2.2.4 Turismo na cidade do Porto.....	25
2.2.5 Empreendimentos turísticos	30
2.2.5.1 Empreendimentos turísticos no Porto	34
2.3 Hipóteses e modelo de investigação.....	35
Capítulo III – Metodologia de Investigação	39
3.1 Metodologia quantitativa	40
3.2 Instrumento e escalas de medida.....	41
3.2.1 Estrutura do questionário e escalas de medida utilizadas.....	42
Capítulo IV – Análise e Discussão dos Resultados	45
4.1 Caraterização da amostra	46
4.2 Análise e discussão dos resultados.....	48
4.2.1 Desenvolvimento económico	50
4.2.2 Degradação paisagística	51
4.2.3 Fluxo de visitantes.....	52
4.2.4 Uso dos recursos e do território.....	53
4.2.5 Empreendimentos turísticos	54
4.2.6 Sustentabilidade do destino turístico	55
4.2.7 Discussão de resultados	56
Capítulo V – Conclusões	58
5.1 Considerações finais	59
5.2 Limitações da investigação.....	60
5.3 Linhas futuras de investigação	60
Referências Bibliográficas	62
Apêndices.....	73

Índice de Figuras

Figura 1 - Logo da marca “Porto.” e algumas das suas variações.....	27
Figura 2 - Modelo de investigação proposto	38

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Género	46
Gráfico 2 - Idade	47
Gráfico 3 - Profissão	47
Gráfico 4 - Desenvolvimento económico na cidade.....	51
Gráfico 5 - Degradação paisagística da cidade.....	52
Gráfico 6 - Fluxo de visitantes da cidade	53
Gráfico 7 - Uso dos recursos e do território da cidade	54
Gráfico 8 - Empreendimentos turísticos na cidade.....	55
Gráfico 9 - Sustentabilidade do destino turístico - Porto	55

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Definições de Empreendedorismo.....	8
Tabela 2 - Definições de Turismo	20
Tabela 3 - Itens do questionário	42
Tabela 4 - Média dos valores das respostas dos inquiridos.....	48

Lista de Abreviaturas

GEM – *Global Entrepreneurship Monitor*

INE – Instituto Nacional de Estatística

I&D – Investigação e Desenvolvimento

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONU – Organização das Nações Unidas

ODS – Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável

TPNP – Turismo do Porto e Norte de Portugal

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

O empreendedorismo e o turismo são duas áreas e dois conceitos que, aliados ao tema da sustentabilidade, têm ganho bastante importância no desenvolvimento de diversas regiões ao longo destes últimos anos. Os estudos referentes ao papel que os empreendimentos desempenham na sustentabilidade de um determinado destino turístico, ainda estão dependentes de pesquisas onde esse papel é esclarecido através de vários pontos de vista, sendo que a questão relativa ao papel que os empreendimentos turísticos desempenham na sustentabilidade do destino turístico, permanece, relativamente, imatura, isto é, muito pouco explorada em termos de literatura (Yüzbaşıoğlu, Topsakal & Çelik, 2014).

De acordo com Oliveira (2015), o desenvolvimento físico de infraestruturas, tanto a nível costeiro como urbano, que sustentam a atividade turística, o consumo de combustíveis fósseis, a restauração e o comércio, contribuem para o aumento da poluição do ar e da água, para a utilização excessiva dos recursos hídricos, para o aumento de resíduos e águas residuais, para o aumento das perturbações na fauna e na flora, etc.. Para este autor o desenvolvimento sustentável de um determinado destino turístico está dependente, entre outros fatores, da participação de todos os agentes turísticos relevantes, do qual faz parte, por exemplo, a área do alojamento.

São muitos os estudos que mostram que as pessoas, num campo mais geral, e os turistas, num campo mais particular, estão cada vez mais preocupados com os problemas ambientais, sendo que os empreendimentos individuais tentam procurar caminhos que contribuam para o desenvolvimento sustentável e para prosperar numa economia mais “verde” (Tippett, Ytterdal & Strand, 2020).

A indústria do turismo envolve vários setores, desde a hospitalidade aos transportes, do comércio ao entretenimento, dos agentes de turismo às TIC, etc.. Dessa forma, a indústria não pode evitar a questão da sustentabilidade, sendo que deve trabalhar no sentido de motivar os consumidores/turistas a consumir e a comportar-se de forma sustentável e no sentido de incentivar as organizações e os negócios com os quais interage a adotar práticas sustentáveis (Martini & Buffa, 2020).

Os turistas e os empreendimentos turísticos precisam de desempenhar um papel ativo na preservação do meio ambiente, já que as questões ambientais globais (alterações climáticas, destruição da camada do ozono, etc.) e o efeito adverso dessas mesmas questões sobre a natureza, aumentaram (Yüzbaşıoğlu *et al.*, 2014). Incorporar a consciencialização e a

gestão ambiental na indústria do turismo seria um passo para garantir a implementação de políticas e legislação ambiental nos empreendimentos turísticos (Kilipiris & Zardava, 2012).

Desse modo, a problemática desta dissertação reside em perceber qual é o impacto que os empreendimentos turísticos existentes numa dada região turística acarretam na sustentabilidade dessa mesma região, isto é, se existe algum tipo de relação entre eles. A região turística que será alvo de estudo será a cidade do Porto, uma vez que durante estes últimos anos tem-se afirmado como uma tendência turística a nível nacional e internacional.

O Porto, mais concretamente o seu centro urbano, passou, rapidamente, de uma antiga área desvalorizada, para um dos mais importantes centros de turismo urbano do continente europeu, provocando, dessa forma, uma “regeneração cultural”, que promove um uso excessivo do espaço pelo turismo e uma sobre-exploração dos valores culturais do destino, sendo necessário existir algumas políticas que promovam o planeamento estratégico da cidade a médio e longo prazo (Gusman, Chamusca, Fernandes & Pinto, 2019).

Assim sendo, através da abordagem metodológica quantitativa esta dissertação pretende perceber quais os impactos causados pelos empreendimentos turísticos na sustentabilidade dos destinos turísticos, mais concretamente na cidade do Porto já que esta é uma das regiões portuguesas que mais tem crescido em termos turísticos.

A presente dissertação está dividida em cinco capítulos, sendo que o primeiro corresponde à introdução e o segundo ao enquadramento teórico que teve como base uma intensa análise documental, principalmente em livros, dissertações e artigos científicos. Com este segundo capítulo, pretende-se estudar e aprofundar um pouco o estado de arte sobre as matérias relacionadas com o tema da dissertação. O capítulo três diz respeito à metodologia de investigação, onde se pretende descrever o processo de recolha das informações, mostrar a estrutura do questionário e o seu público-alvo. Segue-se o capítulo quatro, que está relacionado com a análise e discussão dos resultados obtidos com a metodologia do capítulo anterior. Por fim, é apresentado o capítulo cinco, que diz respeito às conclusões finais obtidas com este estudo.

2.1 Empreendedorismo

2.1.1 Conceito e evolução

O conceito de empreendedorismo tem ganho cada vez mais notoriedade ao longo dos últimos anos, devido, em parte, à sua elevada aplicabilidade prática e, portanto, é um conceito que tem sido estudado por diversos autores que o veem sob diferentes perspectivas, no entanto, este já é um conceito bastante antigo, uma vez que o seu aparecimento remonta-nos para o século XVIII, onde Richard Cantillon (1755), define o conceito de empreendedor como aquele que assume riscos e que vive na incerteza, distinguindo-o do capitalista, aquele que fornece o capital (Baggio & Baggio, 2015). Anos mais tarde, outros autores, como por exemplo, Jean Baptiste Say (1816), Joseph Schumpeter (1934), e Shane e Venkataraman (2000), desenvolveram as suas próprias noções de empreendedorismo.

Assim sendo, Baptiste Say (1816, citado por Costa & Carvalho, 2015), vê o empreendedorismo como um instrumento capaz de criar valor onde o empreendedor é um empresário que utiliza vários recursos e meios de produção, com o intuito de criar novos produtos que sejam úteis, ao mesmo tempo que transfere recursos económicos de um setor de produtividade mais baixa, para um com maior nível de produtividade e rendimento. Mais tarde, no ano de 1871, Carl Menger relaciona o empreendedorismo com a criação de oportunidades. Para ele, à semelhança de Jean Baptiste Say, o empreendedor é aquele que usa os recursos para criar novos produtos e serviços úteis, gerando, dessa forma, novas oportunidades que levam ao crescimento industrial (Costa & Carvalho, 2015).

Em 1934, Joseph Schumpeter, na sua obra *The Theory of Economic Development* associa, principalmente, o empreendedorismo à inovação, embora o relacione, também, com a exploração de oportunidades. Para Schumpeter (1934), o empreendedor é o indivíduo que inova e que concretiza as ideias produzidas pelos inventores, sendo que o processo de inovação pode ser efetuado de diversas maneiras, como por exemplo, a introdução de um novo método de produção, a criação de um novo negócio, o desenvolvimento de um novo modelo de gestão organizacional, etc.. Para ele, o empreendedor é aquele que irá “destruir” os produtos, serviços ou bens já existentes, ao mesmo tempo que cria novas alternativas, motivando assim o crescimento económico.

McClelland (1972) defende uma perspectiva de empreendedorismo assente nas características do empreendedor. Para ele, o empreendedorismo é resultado das características individuais da personalidade do empreendedor. Para ele, o empreendedor é um indivíduo criativo, pró-ativo, capaz de correr riscos, que procura oportunidades e que tem uma necessidade de realização.

Anos mais tarde surge uma nova perspectiva associada ao conceito de empreendedorismo cujo o foco principal está relacionado com a criação de novas empresas/negócios, independentemente do seu nível de inovação. Gartner (1989), define o empreendedorismo de acordo com essa perspectiva, sendo que para ele, o empreendedorismo relaciona-se com a criação de novas organizações e com o processo que leva à sua criação, não considerando, única e exclusivamente, o grau de inovação da mesma. Para este autor, não é correto definir o conceito de empreendedorismo através das características pessoais do empreendedor, mas sim pelas suas ações, isto é, pelo que ele faz.

Posteriormente, começaram a surgir novas perspectivas relativas ao conceito de empreendedorismo cujo o foco passou a ser a expressão organizacional, ou seja, começaram a admitir que o empreendedorismo, ao contrário do que se defendia até aqui, poderia ser desenvolvido numa organização já existente (não sendo necessário existir a criação de uma nova) dando-lhe uma dimensão mais corporativa. No contexto desta perspectiva temos a definição de Stevenson e Jarillo (1990) que dividem o conceito de empreendedorismo em três categorias. A primeira relaciona-se com o que acontece quando os empreendedores agem, isto é, o resultado económico das suas ações (*what*), a segunda está relacionada com o porquê de os empreendedores agirem (*why*) e a terceira foca-se no modo como os empreendedores agem (*how*). Para eles, o empreendedorismo é um processo no qual os empreendedores procuram oportunidades (nas suas empresas ou dentro de organizações já existentes) sem ter em conta os recursos que estão à sua disposição.

Autores como Kizner (1973) e Shane e Venkataraman (2000), veem o empreendedorismo sob uma perspectiva diferente das que já foram apresentadas. Para eles o foco do processo empreendedor reside na identificação e exploração de novas oportunidades. Shane e Venkataraman (2000) defendem que o empreendedorismo corresponde ao processo que engloba a descoberta, a avaliação e a exploração de oportunidades, onde o empreendedor é o agente que as descobre, avalia e explora, sendo que as oportunidades responsáveis por melhorarem a produção de bens já existentes, não são consideradas, por estes autores, como

oportunidades empreendedoras, já que para eles o empreendedorismo está relacionado com as oportunidades que ajudem na produção de bens e serviços futuros.

No *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) o empreendedorismo é definido, segundo Proença e Parreira (2018, p.78), como “qualquer tentativa de criação de um novo negócio ou iniciativa, tal como emprego próprio, uma nova organização empresarial ou a expansão de um negócio existente, por parte de um indivíduo, de uma equipa de indivíduos, ou de negócios estabelecidos”. Para o GEM, o empreendedorismo pode ser dividido em dois tipos: o empreendedorismo por necessidade, aquele em que os empreendedores que procuram o autoemprego para assegurar a sua sobrevivência económica e da sua família, e o empreendedorismo por oportunidade, o que se refere aos empreendedores que identificam e exploram as oportunidades e mercados (Costa & Carvalho, 2015).

Schmitt e Husson (2017), desenvolvem o conceito de situação empreendedora. Para eles, uma situação empreendedora pode ser vista como o conjunto de eventos, de circunstâncias e de relações concretas onde um ou mais empreendedores surgem na posição central desses mesmos conjuntos. A situação empreendedora não é dada, mas sim construída pelo empreendedor de acordo com o futuro desejado, sendo que à medida que ela evolui ao longo do tempo começa a ser vista como uma construção direcionada e objetiva, que resulta da relação que o empreendedor mantém com o mundo através das suas ações. A partir dessa relação, o empreendedor consegue crescer e construir oportunidades. Estes autores destacam ainda duas características principais no que diz respeito à noção de situação empreendedora. A primeira refere-se à relação com o tempo, já que o futuro desempenha um papel importante no desenvolvimento das ações presentes. Por outro lado, a segunda diz respeito à noção de problematização, isto é, dar sentido às ideias geradas pelos empreendedores para conectar o futuro e o presente.

De acordo com Mwatsika, Kambewa e Chiwaula (2018), o empreendedorismo é um processo que envolve três fases principais: identificação, avaliação e exploração de oportunidades, sendo que cada uma dessas fases envolve atividades variadas e decisões chave tomadas sob condições de incerteza pelo indivíduo numa nova organização ou numa já existente. É após a conclusão bem-sucedida do processo e da criação de valor socioeconómico que o indivíduo passa a ser considerado um empreendedor.

Mais recentemente, Litau (2019), refere que o empreendedorismo e a inovação estão relacionados com a atividade do empreendedor que visa obter benefícios económicos para

criar novos bens, sendo que a introdução de novos bens leva, inevitavelmente, à destruição dos que já existem e a uma mudança evolutiva nas relações socioeconómicas. Neste âmbito, a autora introduz o conceito de “*anti-ideology*” no empreendedorismo que reflete a natureza da inovação como um processo de destruição criativa. Para ela, a “*anti-ideology*” é uma combinação de bens, que ficará comprometida caso ocorra a implementação de uma ideia empreendedora, sendo que existe uma conexão inextricável entre a materialização da ideia empreendedora e a destruição dos bens já existentes que ocorre simultaneamente. A ausência deste vínculo pressupõe a ausência da componente inovação na ideia em consideração.

À semelhança de outros autores Milian (2020), afirma que o conceito de empreendedorismo está associado ao conceito de risco, sendo que a componente da incerteza faz com que seja necessário realizar vários ajustes na estratégia dos negócios, devido à dinâmica da economia. Defende ainda que o empreendedorismo é capaz de desenvolver o potencial do ser humano, aumentar a produtividade nas atividades económicas e melhorar o bem-estar social com as inovações. Para ele, o empreendedor é, também, aquele que identifica as oportunidades, sendo que o sucesso empresarial depende da exploração máxima de novas ideias, sendo que a identificação das oportunidades juntamente com os recursos possibilitam a elaboração de planos que quando postos em prática conduzem às inovações. A principal característica do empreendedor, enquanto ser humano, deverá ser a necessidade de realização.

Deste modo, podemos observar que são muitas as perspetivas que tentam definir o conceito de empreendedorismo, sendo que alguns autores associam o empreendedorismo a uma perspetiva mais económica ao passo que outros relacionam-no com o comportamento e as características do empreendedor (Costa & Carvalho, 2015). A tabela 1 sintetiza as principais perspetivas/definições do conceito de empreendedorismo.

Tabela 1 - Definições de Empreendedorismo

Autor(es)	Definição
Richard Cantillon (1755)	O empreendedor é aquele que assume riscos, que vive na incerteza e cujo o objetivo é fazer com que a empresa consiga obter lucro.
Jean Baptiste Say (1816)	Instrumento capaz de criar valor onde o empreendedor é um empresário que utiliza vários recursos e meios de produção, com o intuito de criar novos produtos que sejam úteis.

Carl Menger (1871)	Relaciona o empreendedorismo com a criação de oportunidades, sendo que o empreendedor é aquele que usa os recursos para criar novos produtos e serviços úteis que conduzem ao crescimento industrial.
Joseph Schumpeter (1934)	Associa o empreendedorismo à inovação, embora o relacione, também, com a exploração de oportunidades. Para ele, o empreendedor é aquele que irá “destruir” os produtos, serviços ou bens já existentes, ao mesmo tempo que cria novas alternativas, motivando assim o crescimento económico, sendo que é visto como alguém que cria desequilíbrio.
McClelland (1972)	O empreendedorismo é resultado das características individuais da personalidade do empreendedor. Para ele, o empreendedor é um indivíduo criativo, pró-ativo, capaz de correr riscos, que procura oportunidades e que tem uma necessidade de realização.
Gartner (1989)	O empreendedorismo relaciona-se com a criação de novas organizações e com o processo que leva à sua criação.
Stevenson e Jarillo (1990)	O empreendedorismo é um processo no qual os empreendedores procuram oportunidades (nas suas empresas ou dentro de organizações já existentes) sem ter em conta os recursos que estão à sua disposição.
Shane e Venkataraman (2000)	O empreendedorismo corresponde ao processo que engloba a descoberta, a avaliação e a exploração de oportunidades, onde o empreendedor é o agente que as descobre, avalia e explora.
GEM (2013)	O empreendedorismo é definido como qualquer tentativa realizada por um ou mais indivíduos e que esteja relacionada com a criação de um novo negócio ou iniciativa, numa nova organização ou nalguma já existente.
Schmitt e Husson (2017)	O conjunto de eventos, de circunstâncias e de relações concretas onde um ou mais empreendedores surgem na posição central desses mesmos conjuntos. A situação empreendedora não é dada, mas sim construída pelo empreendedor de acordo com o futuro desejado.
Mwatsika <i>et al.</i> (2018)	O empreendedorismo é um processo que envolve três fases principais: identificação, avaliação e exploração de oportunidades.

Litau (2019)	O empreendedorismo e a inovação estão relacionados com a atividade do empreendedor que visa obter benefícios económicos para criar novos bens, sendo que a introdução de novos bens leva, inevitavelmente, à destruição dos que já existem e a uma mudança evolutiva nas relações socioeconómicas.
Milian (2020)	O empreendedorismo está associado ao conceito de risco, sendo que a componente da incerteza faz com que seja necessário realizar vários ajustes na estratégia dos negócios, devido à dinâmica da economia.

Fonte: Elaboração própria.

2.1.2 Empreendedorismo e crescimento económico

Ao longo das últimas décadas, o empreendedorismo tem gerado um grande interesse e, atualmente, é visto como “um importante motor do desenvolvimento económico, da sociedade inclusiva, do bem-estar e uma fonte de inovação” (Khyareh, 2020, p.108). No entanto, será que existe uma verdadeira relação entre o empreendedorismo e o crescimento económico? Antes de tentar dar resposta a esta questão, é necessário clarificar que o conceito de crescimento económico difere do conceito de desenvolvimento económico, ou seja, não têm o mesmo significado.

De acordo com Ferreira e Nabais (2012), o crescimento económico diz respeito ao traço quantitativo de uma economia e está relacionado com o crescimento contínuo da produção total de um país ao longo de um determinado período de tempo. Por sua vez, esse crescimento é avaliado e quantificado pela taxa de crescimento anual do PIB. Por outro lado, o conceito de desenvolvimento económico, sendo “mais qualitativo, incluindo as alterações da composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes sectores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar económico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação, moradia)” (Maia, 2016, p. 67).

Assim sendo, conclui-se que o crescimento económico e o desenvolvimento económico são conceitos diferentes e que poderá existir crescimento económico, mesmo que não haja desenvolvimento económico, uma vez que é possível existir um aumento do rendimento *per capita* sem haver uma melhoria na qualidade de vida da população (Embaló, 2013).

Dessa forma, no que diz respeito à relação entre empreendedorismo e crescimento económico, Khyareh (2020), diz-nos que, em termos históricos, foi Schumpeter quem reconheceu pela primeira vez a importância do empreendedorismo no crescimento económico afirmando que os empresários inovadores eram vistos como "agentes de destruição criativa", sendo que esses "agentes" destruíam o valor dos mercados existentes e com isso conseguiam criar novos mercados com novos produtos, serviços e inovações tecnológicas oferecendo, dessa forma, retornos maiores do que as empresas existentes.

Atualmente são várias as teorias e os modelos analíticos que tentam estabelecer uma relação entre o empreendedorismo e o crescimento económico, sendo que muitos deles estão relacionados com as duas principais teorias económicas: os modelos de crescimento exógeno e os modelos de crescimento endógeno. Segundo Embaló (2013, p.22), a teoria do crescimento exógeno “explica o desempenho económico através de fatores externos ao sistema. Os modelos desta natureza sugerem que o crescimento a longo prazo é determinado por fatores exógenos, através da elevação da produtividade total proveniente essencialmente do progresso tecnológico”. Por outro lado, a teoria do crescimento endógeno, sugere que o crescimento resulta de “forças económicas endógenas aos sistemas de mercado descentralizado” e explica o crescimento através de quatro fatores: o capital físico, o capital público de infraestrutura, a investigação e desenvolvimento (I&D) e o capital humano (Embaló, 2013). De acordo com Moura (2012, p. 39), os modelos de crescimento endógeno devolvem ao empreendedor “o papel relevante de agente económico, que se havia perdido nos modelos neoclássicos, ao introduzir as novas ideias e as novas e melhores capacidades, isto é o conhecimento, enfatizando o progresso técnico de Solow que foi aproximado, posteriormente, ao empreendedorismo”.

Wennekers e Thurik (1999) foram os responsáveis pela elaboração do primeiro quadro de referência que tenta explicar a relação entre empreendedorismo e crescimento económico. Moura (2012) refere que o seu modelo assenta no estudo sobre as relações entre as dimensões do empreendedorismo e do crescimento económico a nível individual (relaciona-se com o facto da pessoa se tornar ou não empreendedora, sendo que o empreendedorismo será influenciado pelas características da sua personalidade), a nível de empresa (o empreendedorismo está diretamente relacionado com fatores internos da empresa, tal como as ações que conduzem a várias mudanças, sejam ao nível dos produtos, dos processos, dos mercados, etc.) e a nível macro (as atividades empreendedoras conduzem ao aumento da

concorrência, da inovação, da diferenciação, fazendo com que seja possível existir crescimento económico). Assim sendo, Moura (2012, p.49) afirma que “ligar o empreendedorismo a crescimento económico é ligar o nível individual a um nível agregado ou macro”.

Os modelos de crescimento endógeno elaborados por Plehn-Dujowich (2009) e Michelacci (2003) veem o empreendedor como um agente com capacidade para “identificar e explorar as oportunidades de negócio endogenamente criadas pela acumulação intencional de conhecimento tecnológico”, sendo que os testes empíricos realizados pelos autores revelaram resultados que favorecem a premissa de que existe uma relação positiva entre crescimento económico e o empreendedorismo (Marques, 2014).

Em 1999 é criado o projeto GEM, numa iniciativa conjunta do *Babson College* nos Estados Unidos da América e da *London Business School* no Reino Unido. O principal objetivo deste programa consiste na análise da relação que existe entre o nível de empreendedorismo e o nível de crescimento económico em diversos países, bem como na procura das condições que ajudam ou que prejudicam a atividade empreendedora nesses mesmos países. Atualmente, o GEM, é “considerado o maior estudo a nível mundial sobre empreendedorismo, envolvendo uma avaliação periódica da atividade, atitudes e aspirações empreendedoras, assim como das condições que promovem ou dificultam as dinâmicas de empreendedorismo, nos mais de 100 países participantes” (Proença & Parreira, 2018, p. 86). No ano de 2001, Portugal ingressou na lista de países participantes no GEM, sendo que a edição mais recente do estudo para Portugal corresponde ao ano de 2013.

O modelo GEM “assenta na tipologia de desenvolvimento competitivo proposta por Michael Porter, segundo a qual os países são classificados de acordo com o seu estágio de desenvolvimento económico” (Proença & Parreira, 2018, p.78). Com isto, o modelo já referido identifica três tipos de economias: as economias orientadas por fatores de produção, as economias orientadas para a eficiência e as economias orientadas para a inovação, sendo que Portugal se insere nesta última. Para Moura (2012), o GEM é capaz de caracterizar a atividade económica no contexto político, social e cultural ao identificar uma grande variedade de fatores, que contribuem para o crescimento económico, por meio de dois processos diferentes, tais como: as Condições Estruturais do Empreendedorismo (*Entrepreneurial Framework Conditions* - EFC), que são “inerentes à situação económica

de cada país”, e as Condições Nacionais e Gerais (*General National Framework Conditions*), “que são inerentes ao contexto socioeconómico de cada país”.

Embaló (2013) afirma que, de uma maneira geral, o impacto do empreendedorismo no crescimento económico varia de acordo com o nível de desenvolvimento de cada país, uma vez que é mais provável existir um impacto positivo nos países mais desenvolvidos do que nos países subdesenvolvidos onde é mais provável existir um impacto negativo. Os estudos de Stel et al. (2005) permitiram concluir, de acordo com Embaló (2013), que o impacto positivo do empreendedorismo no crescimento económico dos países desenvolvidos pode ser um sinal de que a atividade empreendedora assume um papel importante em relação aos processos de comercialização de novos conhecimentos tecnológicos. No que diz respeito ao impacto negativo verificado nalguns países, esse pode dever-se à existência de pouco capital humano e à ausência de grandes empresas que, em muitos casos, se assumem como agentes importantes na mudança de uma economia em desenvolvimento para uma economia desenvolvida.

Para Kritikos (2015) as atividades dos empreendedores são consideradas como um importante impulsionador das dinâmicas económicas, onde os empresários geram oportunidades de emprego não apenas para si, mas também para os outros. Para além da criação de emprego, as atividades empreendedoras podem influenciar o desempenho económico de um país de várias maneiras, como por exemplo, os empreendedores entrarem em mercados com novos produtos, tecnologias ou processos de produção; o facto das atividades empreendedoras aumentarem a produtividade e a competição, bem como acelerarem as mudanças estruturais. Sem novos empreendedores, as economias podem estagnar.

2.1.3 Empreendedorismo sustentável

A sustentabilidade é um tema que tem ganho grande importância ao longo dos últimos anos, no entanto, é um conceito que começou a ganhar forma nos anos 70, mais concretamente no ano de 1972, uma vez que foi durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Conferência de Estocolmo) organizada pela ONU (Organização das Nações Unidas) nesse ano, que o tema começou a ser delineado pela primeira vez.

Atualmente, a sustentabilidade, é um tema que deixou de ser restrito a profissionais da área do meio ambiente para passar a ser da responsabilidade de todos. Hoje em dia, o tema já é abordado no ensino, na área da economia, nos setores industriais, etc. (Souza & Pavan, 2016).

De acordo com Souza e Pavan (2016, p. 11):

“a sustentabilidade deve ser pensada numa perspectiva global, envolvendo todo o planeta, com equidade, fazendo que o bem de uma parte não se faça à custa do prejuízo da outra. A Sustentabilidade, assim, passa a ser o conjunto de mecanismos necessários à manutenção de algo sem que gere danos (ou, pelo menos, os reduza) no ambiente referenciado, também levando em consideração os demais ambientes para que haja uma intenção de perfeito equilíbrio entre eles, não se privilegiando um em detrimento dos demais”.

Posto isto, segundo estes autores, pode concluir-se que a sustentabilidade assenta na conservação de produtos ou bens (materiais ou imateriais) de modo a evitar a sua extinção, sendo que essa conservação deve ser feita de forma cuidada de modo a não danificar qualquer tipo de ambiente.

Por outro lado, relacionado com a sustentabilidade, está o conceito de desenvolvimento sustentável. Em 2013, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico assegurou que o desenvolvimento sustentável “refere-se ao desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades, garantindo a conservação dos recursos naturais necessários para o crescimento e desenvolvimento futuro” (Almeida, 2016, p. 14).

Segundo Quonian, Moser e Souza-Lima (2019), o Estado deve consciencializar e promover a educação ambiental através da elaboração de diversas políticas públicas que consigam incentivar a prática do desenvolvimento sustentável, de modo a alterar certos paradigmas entre os consumidores e as empresas, com o intuito de estes mudarem a sua forma de pensar ao perceber que o crescimento deve coexistir com a proteção do meio ambiente. Desse modo, deve existir, cada vez mais, uma procura por produtos sustentáveis e ecológicos.

Tal como já foi referido neste trabalho, a sustentabilidade é um tema cada vez mais transversal a muitas áreas e o empreendedorismo não é exceção. Sendo assim, atualmente, é muito comum ouvirmos falar em empreendedorismo sustentável. De acordo com Shepherd e Patzelt (2011), o empreendedorismo tem o lucro como foco central, mas para que este seja sustentável, o foco tem de ir para além dessa realidade, ou seja, para além dos benefícios

económicos o empreendedorismo sustentável tem de ter em conta o indivíduo e a sociedade, ao zelar, por exemplo, pelo bem-estar da comunidade e do ambiente, por meio do desenvolvimento de ações de prevenção e redução dos impactos ambientais aquando da produção dos seus produtos.

Lans, Blok e Wesselink (2014) afirmam que o empreendedorismo sustentável é visto como uma forma de criar vantagens competitivas ao encarar a sustentabilidade como uma nova oportunidade de negócio que irá resultar na criação de produtos novos e sustentáveis, de novos métodos de produção ou ainda de novas maneiras de organizar os processos de negócios de uma forma mais sustentável.

Na mesma linha de pensamento de Lans *et al.* (2014) temos Lopes e Miranda (2017). Para estes autores, as estratégias são a base de qualquer ação tomada pelas organizações e quando essas estratégias veem o empreendedorismo sustentável como uma oportunidade de negócio no mercado, as empresas acabam por criar uma vantagem competitiva em relação aos seus concorrentes fazendo com que sejam vistas pelos consumidores como organizações conscientes e preocupadas com o desenvolvimento sustentável. Lopes e Miranda (2017) afirmam ainda, que o empreendedorismo sustentável ajuda na construção de modelos de negócios sustentáveis, sendo que as organizações necessitam de elaborar estratégias competitivas, que tenham o empreendedorismo sustentável como objetivo a alcançar, ao relacionar as várias dimensões das atividades empreendedoras sustentáveis, com os produtos ou serviços da empresa, bem como a sua visão, missão e valores.

Sarango-Lalangui, Santos e Hormiga (2018) advogam que o empreendedorismo sustentável é aquele que é capaz de criar emprego e novas empresas, aprimorar produtos e processos e mudar a vida das pessoas. Para eles, não se trata apenas da exploração de oportunidades e ameaças do mercado, mas também da análise consciente do impacto social, económico e ambiental que o desempenho das empresas tem no território onde estão instaladas.

Segundo Behm (2019, p.121), o empreendedorismo sustentável é:

“uma forma inovadora de orientar o mercado para que conduza suas ações com respeito ao meio social (funcionando como uma estratégia para a promoção da saúde pública) e ambiental (reduzindo os impactos ambientais), propiciando inovações e produtos pautados na sustentabilidade e no desenvolvimento sustentável, com ênfase no bem-estar social que pressupõe a promoção da saúde pública”.

De acordo com Hirschfeld (2019), a definição de empreendedorismo sustentável de Pacheco, Dean e Payne (2010) é a mais abrangente. Para eles, a descoberta, a criação, a avaliação e a exploração de novas oportunidades que criarão novos bens e serviços, tem de estar em concordância com os ODS (objetivos para o desenvolvimento sustentável). Os ODS são um conjunto de 17 objetivos globais (erradicar a pobreza; erradicar a fome; saúde de qualidade; educação de qualidade; igualdade de género; água potável e saneamento; energias renováveis e acessíveis; trabalho digno e crescimento económico; indústria, inovação e infraestruturas; reduzir as desigualdades; cidades e comunidades sustentáveis; produção e consumo sustentáveis; ação climática; proteger a vida marinha; proteger a vida terrestre; paz, justiça e instituições eficazes; parcerias para a implementação dos objetivos) estabelecidos em 2015 na Agenda 2030, um processo liderado pela ONU que contou com a aprovação de 193 membros.

Quando falamos em empreendedorismo sustentável, também falamos naquele que é o empreendedor sustentável. Para Ebert (2017, p.38), esse indivíduo “é alguém que considera os aspetos ambientais, económicos e sociais em seu *core business*, que entrega soluções inovadoras para o modo como bens e serviços são consumidos e que propõe formatos de negócios que contribuam para a sustentabilidade da economia”, maximizando, dessa forma, o valor ambiental. Ebert (2017) sugere ainda que os empreendedores sustentáveis podem inspirar-se na natureza para alcançar os seus objetivos, dando alguns exemplos, como por exemplo, a substituição de alguns compostos tóxicos por ingredientes naturais em diversos produtos, ver no eco-design soluções para reduzir o consumo de energia, os gastos com materiais, etc.

Neste sentido, Quonian et al. (2019, p. 9) afirmam que “a empresa impõe deveres sociais ao empresário, orientando-o a optar por métodos de obtenção de lucro (atividade primária da empresa) através de posturas éticas que respeitem os direitos trabalhista, do consumidor e a preservação e a defesa do meio ambiente”.

Segundo Baran, Makiela e Stuss (2018), o empreendedor sustentável representa a organização e terá de pagar salários justos, garantir boas condições de trabalho, evitar a cooperação com parceiros antiéticos, evitar o uso de recursos com origens antiéticas, fornecer produtos cujo o valor seja equivalente à sua qualidade, reduzir ao máximo o consumo de recursos nefastos ao meio ambiente, seguindo uma estratégia de *win-win* no contacto com o mesmo, contribuir para a melhoria das condições de vida de toda a

comunidade. O empreendedor sustentável deve rever as suas ações de modo a limitar as consequências negativas provocadas no meio ambiente.

Atualmente, podemos dizer que o consumidor está cada vez mais exigente na altura de escolher os produtos e serviços que satisfazem as suas necessidades, uma vez que estão cada vez mais conscientes sobre a questão da sustentabilidade. O desafio passa, portanto, por desenvolver novos produtos que sejam sustentáveis e de qualidade (Ebert, 2017).

2.2 Turismo

2.2.1 Conceito

Atualmente, à semelhança do empreendedorismo, é possível observar um crescimento exponencial da atividade turística em Portugal, mas afinal o que é o turismo? São muitos os autores que apresentam definições deste conceito, havendo, por isso, bastantes versões do mesmo, no entanto, muitos concordam que é difícil criar uma noção universalmente aceite, já que este é bastante complexo e abrange várias áreas (Marcelino, 2016). Desta forma, do ponto de vista técnico, a definição de turismo mais utilizada atualmente é a da OMT, que vê o turismo como “o conjunto de atividades desenvolvidas por pessoas durante as viagens e estadas em locais situados fora do seu ambiente habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, negócios e outros” (Oliveira, 2014, p. 18). Em 1999, a OMT atualiza o seu conceito e o turismo passa a:

“compreender as atividades realizadas pelas pessoas durante as suas viagens e estadas em lugares diferentes do seu local de residência habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, tendo em vista o lazer, negócios ou outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado.” (Rodrigues, 2018, p. 22).

Em 2008, a OMT voltou a atualizar a sua própria definição, acrescentando mais elementos, “sendo o turismo encarado agora como um fenómeno social, cultural e económico, que envolve o movimento de pessoas para lugares fora do seu local de residência habitual, geralmente por prazer” (Rodrigues, 2018, p. 23).

Contudo, estudos de diversos autores como Leiper, contribuíram imenso para o desenvolvimento deste conceito, uma vez que para compreender a natureza complexa e dinâmica da experiência turística, este e outros autores, passaram a utilizar o conceito de

sistema turístico, que é a maneira como muitos autores definem hoje o turismo. Neil Leiper (1979) conceptualizou o turismo como um sistema aberto, já que este era influenciado por fatores externos, tais como: o ambiente físico (as catástrofes naturais são um bom exemplo de influência, já que estas degradam o ambiente físico e, conseqüentemente, afetam a atividade turística, pois durante um período de tempo os turistas não irão visitar o local afetado), o ambiente social (os visitantes preferem escolher destinos com maior nível de segurança, como o Porto, ao invés de país de grande instabilidade, como a Venezuela), o ambiente tecnológico (com os avanços tecnológicos os turistas já podem fazer, por exemplo, reservas online, sendo que conseguem “ver” os destinos sem precisar de contactar com eles fisicamente, facilitando, desse modo, o processo de escolha), o ambiente político (o regime por que cada país se rege pode influenciar o fluxo turístico, a título de exemplo, o ambiente ditatorial da Coreia do Norte obriga os turistas a cumprirem algumas regras para poderem lá entrar, como por exemplo terem de comprar um pacote turístico de uma das agências autorizadas pelo governo, não podendo viajar de forma livre e individual) o ambiente cultural (com o crescimento do fenómeno da globalização e do turismo, problemas como a aculturação tendem a surgir, fazendo com que o destino perca a sua identidade, tornando-o “banal” e igual a tantos outros) e o ambiente económico (quando se viaja para outro país, pode haver a necessidade de trocar dinheiro, mercado cambial).

O seu modelo de sistema era composto por três elementos fundamentais: a região de origem (partida de turistas, onde estão localizadas as agências de viagens, as reservas, operadores turísticos, etc.), a região de destino (chegada de turistas, onde estão localizados os alojamentos, os restaurantes, os eventos, as atrações turísticas, etc.) e as vias de trânsito (transportes e comunicações) que se relacionam entre si e interatuam com outras duas componentes, as indústrias do turismo e o elemento humano, sendo que a existência de uma alteração num dos elementos irá afetar o bom funcionamento dos outros elementos. Para ele, o sistema engloba a viagem e a estada de pessoas para fora da sua residência habitual, por uma ou mais noites, exceto as viagens que tenham como principal motivação a de obter alguma remuneração (Neil Leiper, 1979).

De acordo com Cunha (2001, citado por Marcelino, 2016, p.10), vários autores perspetivaram o conceito de turismo pelo lado da procura ou pelo lado da oferta. Assim, em termos da procura, “o turismo abrange todas as deslocções de pessoas, quaisquer que sejam as suas motivações, que deem origem a consumos, durante a sua deslocção e permanência temporária fora do seu ambiente habitual, de valor superior ao rendimento que,

eventualmente, auferiam em locais visitados”, ao passo que, em termos da oferta, o turismo engloba “todo o vasto conjunto de lugares, organizações, empresas, profissões e relações que se combinam para satisfazer as necessidades decorrentes das viagens temporárias”.

Beaver (2002) apresenta uma noção de turismo mais abrangente, já que engloba tanto o lado da procura como da oferta. Para ele, o turismo compreende as atividades das pessoas que viajam, por lazer, negócios ou outros fins, e que ficam fora da sua residência habitual por um período de tempo não superior a um ano consecutivo. Inclui ainda os serviços que possibilitam e apoiam essas atividades, bem como as organizações (públicas ou privadas) ou pessoas que prestam esses mesmos serviços.

A Organização Mundial do Turismo classifica os consumidores turísticos como visitantes que por sua vez podem ser turistas ou excursionistas. O visitante é o “indivíduo que se desloca a um local situado fora do seu ambiente habitual, por um período inferior a 12 meses, cujo motivo principal é outro que não o exercício de uma atividade remunerada no local visitado” (Marcelino, 2016, p. 9). Dessa forma, é considerado um excursionista um visitante do dia que não pernoita no destino visitado, enquanto que um turista é um visitante que permanece pelo menos uma noite no destino visitado num alojamento coletivo ou particular.

Em Portugal, o Decreto-Lei n.º 191/2009 de 17 de Agosto de 2009 (p. 5337) define o turismo como o “movimento temporário de pessoas para destinos distintos da sua residência habitual, por motivos de lazer, negócios ou outros, bem como as atividades económicas geradas e as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades” e o turista como “a pessoa que passa pelo menos uma noite num local que não seja o da residência habitual e a sua deslocação não tenha como motivação o exercício de atividade profissional remunerada no local visitado”.

Numa outra perspetiva, temos Sharpley e Telfer (2014), sendo que para eles o turismo é uma atividade que envolve as pessoas que viajam dentro dos seus próprios países ou para fora deles e que carregam consigo a sua bagagem cultural de experiências, expectativas e perceções. É um fenómeno social que envolve o deslocamento de pessoas para diversos destinos e a sua permanência temporária nos mesmos. Numa mesma linha de pensamento temos Castañeda (2019), que considera o turismo como um fenómeno ou movimento humano que se refere à possibilidade do ser humano se deslocar de forma voluntária para fora do seu local habitual, voltando à sua origem após algum tempo.

Para Baleiro e Quinteiro (2018), o turismo é visto como a vontade de ir mais longe, de saber mais e de evitar a rotina, motivações semelhantes às que estimulam o ato de ler um texto literário. Para eles, o turismo transporta o indivíduo, de forma temporária, para fora da sua residência habitual, oferecendo-lhe, dessa forma, a oportunidade de conhecer e viver novas experiências em novos espaços.

Wendt (2020) fala sobre o novo turismo. Para ele, o novo turismo, inserido no mundo pós-moderno no final da segunda década do século XXI, é, como toda sociedade pós-moderna, caracterizado por escolhas, tendências, valores e estratégias similares. A sociedade pós-moderna é caracterizada tanto pelo consumismo como pelo individualismo e globalização. O autor defende que o turismo deveria ser definido como uma viagem voluntária que não está relacionada apenas com a realização de trabalho remunerado, onde o visitante se desloca para fora da sua residência habitual, ficando alojado num destino escolhido por si.

Deste modo, é possível observar alguns denominadores comuns entre as muitas definições apresentadas pelos autores, tais como: a deslocação de pessoas para fora do seu local de residência habitual; a estada no destino por um período limitado de tempo, ou seja, não é permanente; as atividades lúdicas realizadas durante a estada, para além da viagem até ao destino (Baleiro & Quinteiro, 2018). A tabela 2 sintetiza as principais perspetivas/definições relativas ao conceito de turismo.

Tabela 2 - Definições de Turismo

Autor(es)	Definição
Neil Leiper (1979)	Conceptualiza o turismo como um sistema aberto, já que este é influenciado por fatores externos. Para ele, o sistema engloba a viagem e a estada de pessoas para fora da sua residência habitual, por uma ou mais noites, exceto as viagens que tenham como principal motivação a de obter alguma remuneração.
OMT (1995)	“Conjunto de atividades desenvolvidas por pessoas durante as viagens e estadas em locais situados fora do seu ambiente habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, negócios e outros”.

OMT (1999)	“Compreender as atividades realizadas pelas pessoas durante as suas viagens e estadas em lugares diferentes do seu local de residência habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, tendo em vista o lazer, negócios ou outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado.”
Beaver (2002)	O turismo compreende as atividades das pessoas que viajam, por lazer, negócios ou outros fins, e que ficam fora da sua residência habitual por um período de tempo não superior a um ano consecutivo.
Decreto-lei n.º 191/2009 de 17 de Agosto de 2009	“Movimento temporário de pessoas para destinos distintos da sua residência habitual, por motivos de lazer, negócios ou outros, bem como as actividades económicas geradas e as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades”.
Sharpley e Telfer (2014)	É um fenómeno social que envolve o deslocamento de pessoas para diversos destinos e a sua permanência temporária nos mesmos.
Baleiro e Quinteiro (2018)	O turismo é visto como a vontade de ir mais longe, de saber mais e de evitar a rotina, possibilitando ao indivíduo, deslocar-se para fora da sua residência habitual, oferecendo-lhe a oportunidade de conhecer e viver novas experiências em novos espaços.
Castañeda (2019)	Fenómeno ou movimento humano que se refere à possibilidade do ser humano se deslocar de forma voluntária para fora do seu local habitual, voltando à sua origem após algum tempo.
Wendt (2020)	Viagem voluntária que não está relacionada apenas com a realização de trabalho remunerado, onde o visitante se desloca para fora da sua residência habitual, ficando alojado num destino escolhido por si.

Fonte: Elaboração própria.

2.2.2 Sustentabilidade na área do turismo

Com o aumento da atividade turística e, conseqüentemente, dos seus serviços, é necessário refletir sobre a sustentabilidade do destino turístico, pois é um tema que suscita cada vez

mais interesse, porque a preservação do ambiente é, cada vez mais, um assunto de extrema importância. De acordo com Lee (2001, citado por Yüzbaşıoğlu et al., 2014), o conceito da sustentabilidade do destino turístico surgiu da necessidade de desenvolver um tipo de turismo mais sustentável nos destinos, sendo que não existe uma definição universalmente aceita do conceito, uma vez que cada destino tem as suas próprias características e, portanto, o desenvolvimento sustentável varia de destino para destino. Em 2005, a OMT definiu o turismo sustentável como o turismo que tem em consideração o impacto dos seus aspetos ambientais, económicos e sociais atuais e futuros, atendendo às necessidades das empresas, dos visitantes, da comunidade local e do meio ambiente, estabelecendo um equilíbrio entre todos de modo a garantir a sustentabilidade do destino a longo prazo.

Segundo Silva (2017), o desenvolvimento do turismo sustentável necessita que todas as partes interessadas participem de forma informada, tendo de existir uma forte liderança política, de modo a criar um consenso entre a comunidade local, levando a que estes participem em grande número no processo de desenvolvimento do turismo sustentável, que é um processo contínuo que exige um monitoramento constante, de modo a aplicar, sempre que necessário, medidas preventivas ou corretivas. O turismo sustentável deve, ainda, assegurar que os turistas tenham uma boa experiência no destino, ao mesmo tempo que os sensibiliza para as questões da sustentabilidade, promovendo boas práticas entre eles.

Dessa maneira, é necessário que a atividade turística não exceda a capacidade de carga do destino turístico, pois caso contrário “pode conduzir à deterioração dos recursos do destino e diminuir a sua atratividade” (Martins, 2017, p.12). Para Martín, Aguilera e Moreno (2014) a capacidade de carga corresponde ao número máximo de turistas, num dado período de tempo, que um destino pode suportar sem que isso afete negativamente o ambiente físico, o ambiente cultural e a satisfação do turista.

Por outro lado, Ivanova (2015) afirma que delimitar o número de visitantes num dado destino turístico não é uma solução eficaz para resolver os problemas relacionados com a atividade turística, já que um pequeno número de visitantes pode causar um impacto negativo no mesmo, sendo que o importante não é a quantidade de pessoas, mas sim as suas atitudes e ações.

Zelenka e Kacatl (2014) consideram que a capacidade de carga não depende exclusivamente do número de visitantes, já que é necessário ter em conta outras variáveis, tais como: a

distribuição dos visitantes pela área, as suas atividades, o seu comportamento, o estado das infraestruturas turísticas, etc.. Para ele a capacidade de carga muda com o tempo, uma vez que se as condições das variáveis mudarem, será necessário verificar ou, conforme o caso, determinar novamente a capacidade de carga do destino (conceito dinâmico).

Para Tribe (2015), o desenvolvimento sustentável do turismo está relacionado com o seu nível de desenvolvimento, onde a sua capacidade de carga não é ultrapassada, impedindo, dessa forma, a ocorrência de alterações negativas (irreversíveis ou não), sustentando-se a longo prazo. Edgell (2016, citado por Martins, 2017, p. 32) refere que “o turismo sustentável e respetivo desenvolvimento assenta em quatro pilares, relacionados entre si: o geoturismo, o ecoturismo, o turismo cultural e o turismo responsável”. Para ele, o geoturismo diz respeito ao “turismo que mantém ou reforça as características identitárias do local” (cultura, património, ambiente, etc.); o ecoturismo está relacionado com o turismo praticado em “áreas conservadas, frágeis e em geral protegidas, com o compromisso de serem de mínimo impacto”; o turismo cultural refere-se ao “turismo para experienciar os locais e praticar atividades que representam de forma autêntica as histórias e pessoas do passado e do presente” e o turismo responsável tem a ver com o “turismo que assegura benefícios à comunidade local, que minimiza os impactos sociais negativos e que auxilia a população a preservar a sua cultura, tradições, habitats e espécies”.

Assim sendo, é importante referir que independentemente dos benefícios económicos que se podem obter com a oferta turística, é necessário equilibrar os custos sociais e ambientais, pois existe o risco de destruir o turismo, devido a uma atividade turística mal planeada (Escoto, Boza & Madrigal, 2019). Dessa forma, é necessário trabalhar para preservar os recursos naturais e respeitar os costumes e tradições de qualquer destino turístico. Para eles, o turismo sustentável pode ser visto como uma estratégia para promover e melhorar os serviços públicos e privados (serviços de saúde, comunicação, transportes, etc.) que lhes permitem obter uma melhor posição competitiva, o que torna os destinos turísticos ainda mais atrativos e lucrativos. Por outro lado, as novas oportunidades de trabalho derivadas da atividade turística, podem ser uma oportunidade para as novas gerações se desenvolverem, ao inovar e criar processos de produtos sustentáveis de acordo com as procuras turísticas.

2.2.3 Influência do empreendedorismo na atividade turística

Como já foi referido anteriormente, a atividade turística tem registado, não só no nosso país como no resto do mundo, um aumento significativo ao longo dos últimos anos, acarretando consigo largos benefícios económicos, tanto que os países veem no turismo uma maneira de desenvolver as suas regiões (Martins & Morais, 2016).

Muitos países utilizam a atividade turística para crescer em termos económicos, utilizando, para esse efeito, vários caminhos, sendo que um dos mais importantes é aquele que se relaciona com o empreendedorismo, já que o turismo tem-se revelado uma área bastante atrativa para desenvolver projetos empresariais, como por exemplo, os parques temáticos da Walt Disney (Işık *et al.*, 2019). É possível, também, através da criação de novas ideias, reinventar os recursos existentes no destino e, com isso, criar novas formas de turismo (Oliveira, 2013).

Segundo Andrade (2002, citado por Araújo e Júnior, 2018), o turismo deve estar sempre relacionado com a inovação, de modo a preservar o património da região e oferecer condições que contribuam para o desenvolvimento sustentável da mesma, pois a falta de modernização e atualização dos serviços e produtos turísticos, pode levar a uma queda da atividade turística.

Para Martins (2006), o empreendedorismo, juntamente com a atividade turística, apresenta bons resultados em iniciativas públicas e privadas, onde os empreendedores se tornam os principais agentes do desenvolvimento económico, já que são eles quem gere, e aplicam as inovações. Para ele, a relação entre empreendedorismo e turismo consegue proporcionar uma nova realidade económica aos países ou regiões, melhorando a sua qualidade de vida.

De acordo com Crnogaj, Rebernik, Hojnik e Omerzel Gomezelj (2014), o sistema turístico apresenta uma elevada dependência do empreendedorismo, uma vez que a sua sobrevivência está relacionada com atividades empresariais e a sustentabilidade. Afirmam ainda, à semelhança de Andrade (2002), que o sistema turístico apresenta uma grande necessidade de inovação, onde as empresas precisam de dar resposta ao aumento da procura turística de forma inovadora, explicando, dessa forma, a importância do empreendedorismo no turismo. Nos dias atuais, são muitos os países que apoiam a formação de novas empresas ao nível da atividade turística.

Pirnar (2015) apresenta uma perspetiva semelhante ao defender que o aumento da procura por novos produtos e serviços turísticos, o aumento da concorrência industrial, o aumento do número de turistas e a constante mudança das suas motivações e preferências, faz com que a questão do empreendedorismo turístico se apresente como uma forma de sobrevivência para as empresas do ramo turístico.

Para Bugio (2019, p. 35), “as diferentes empresas que atuam num determinado destino turístico deverão ter em atenção a autenticidade da experiência que proporcionam aos turistas, salvaguardando naturalmente os recursos locais que lhes permitem a sua atuação”.

Mais recentemente, Khangarot (2019) afirma que o turismo tem um enorme potencial para contribuir para o desenvolvimento económico de qualquer país, assim como Martins (2006), já que melhora a sua condição financeira, ao manter e preservar os recursos (sejam eles naturais, culturais, etc.) dentro da comunidade, e cria oportunidades de emprego para empreendedores locais. Para ele, o turismo é um fenómeno global que proporciona oportunidades de crescimento e de construção de pequenas empresas em vários setores (alojamento, transporte, restauração, etc.), o que em última análise prova que o setor do turismo é rico em atividades empreendedoras. O autor fala ainda em empreendedores turísticos defendendo que o seu crescimento depende do desenvolvimento do destino, das políticas governamentais, do envolvimento da comunidade, das condições ambientais, das suas características pessoais, etc., sendo que estes devem ser indivíduos preocupados com a comunidade e com o meio ambiente.

2.2.4 Turismo na cidade do Porto

Ao longo destes últimos anos, Portugal tem vindo a destacar-se na atividade turística, consolidando-se, cada vez mais, como uma tendência, tendo já arrecadado vários prémios relacionados com o turismo. Em 2019, e pelo terceiro ano consecutivo, voltou a ser considerado como o melhor destino turístico do mundo, ganhando, novamente, os *World Travel Awards*, mais conhecidos como os Óscares do Turismo. Estes prémios foram criados no ano de 1993 com o intuito de premiar a indústria do turismo a nível mundial. O Porto, por sua vez, foi considerado como o melhor destino europeu em 2017 pela *European Consumers Choice* (organização sem fins lucrativos que avalia produtos e serviços e que

elabora *rankings* turísticos) sediada em Bruxelas, na Bélgica. Este mesmo título já lhe tinha sido concedido nos anos de 2012 e 2014 pela mesma entidade.

A cidade do Porto, localizada na região Norte de Portugal, é, atualmente, uma cidade mais cosmopolita constituída por pessoas de todo o mundo, por espaços culturais de grande qualidade (Serralves, Casa da Música, etc.), por uma grandiosa universidade, reconhecida internacionalmente, eventos de grande notoriedade, etc.. Por outro lado, o Porto é também uma cidade constituída por bairros tradicionais e de “portuenses da gema” que vão resistindo. É uma cidade que se orgulha do seu carácter e que é marcada por uma intensa dinâmica, onde a degradação de alguns prédios e encerramento de lojas convive lado a lado com a abertura de mais um hotel ou de outro tipo de alojamento turístico (Fernandes, 2016).

O Porto começou a ver o seu valor reconhecido quando, em 1996, o seu centro histórico foi considerado Património Cultural da Humanidade pela UNESCO. Já em 2001, a cidade foi a Capital Europeia da Cultura. Atualmente, um dos *ex-libris* da cidade é o famoso vinho do Porto, um dos vinhos mais reconhecidos do mundo e que por essa mesma razão contribui para aumentar a notoriedade da cidade do Porto em termos nacionais e internacionais. (Domingos, 2017).

Em termos de festividades, destaca-se a noite de S.João. A maior festa popular da cidade ocorre na noite de 23 para 24 de Junho e reúne, no mesmo local, inúmeros residentes e visitantes. Numa festa repleta de tradições destacam-se os martelos e alhos porros para bater na cabeça das pessoas que passam nas ruas, os manjericos com as suas famosas quadras e ainda os pequenos balões de ar quente lançados durante a noite. Em 2017, segundo dados da Associação de Turismo do Porto e Norte, a taxa de ocupação hoteleira da cidade do Porto ultrapassou os 90%, sendo que esses números foram recolhidos junto de 25 empreendimentos hoteleiros de quatro e cinco estrelas. Em 2018, de acordo com dados disponibilizados pelo Turismo do Porto e Norte de Portugal (TPNP), a uma semana da grande noite, a taxa de ocupação hoteleira da Região Norte rondava os 85%, sendo que a taxa de ocupação no Porto e em Gaia era de 95% e cerca de 40% dos hóspedes eram estrangeiros. Os dados tiveram por base os empreendimentos turísticos de três, quatro e cinco estrelas. Todos estes números servem para comprovar que esta é uma das maiores festas da cidade e, também do país, sendo reconhecida a nível internacional.

Em 2014 surge a marca da cidade, o Porto., pela mão da câmara municipal. Esta criação surgiu da necessidade do Porto ter a sua própria marca de modo a diferenciar-se e a tornar-se mais competitivo ao nível dos destinos turísticos, já que uma marca é um fator atrativo para muitas pessoas. Era necessário existir, segundo Domingos (2017, p.58), “uma marca que transmitisse a história e monumentos do Porto, que fosse contemporânea, que transmitisse emoções, que fosse internacional e que ainda pudesse ser utilizada no mundo corporativo”. O resultado final consistiu na utilização de uma palavra seguida de um ponto final, simbolizando, dessa forma, o encerramento de quaisquer questionamentos sobre a cidade. Assim sendo, “trata-se de uma marca simples, onde o azul é inspirado nos azulejos da cidade e os pictogramas ajudam a compor a marca, acrescentando-lhe uma malha de significados”, sendo que estes “podem ser adaptados à temática onde estão inseridos” (Domingos, 2017, p. 58).

Figura 1 - Logo da marca “Porto.” e algumas das suas variações



Fonte: Câmara Municipal do Porto (https://www.cm-porto.pt/assets/misc/documentos/Logos/Guia_logos_04%202018.pdf).

A segurança assume-se, também, segundo Semedo (2019), como um elemento fundamental no que diz respeito à competitividade entre destinos turísticos, uma vez que a escolha dos destinos turísticos é cada vez mais influenciada pelo nível de segurança que a região de destino oferece aos seus visitantes, sendo que a insegurança afeta a imagem do destino de forma negativa. Para ele, os atentados do 11 de Setembro foram o acontecimento que mudou a forma como as sociedades se posicionavam em relação à segurança. Posto isto, Portugal é

considerado como um destino seguro aparecendo com uma avaliação de 6,3 pontos a nível da segurança, no ranking anual do *World Economic Forum* (2017), sendo o Porto reconhecido de igual forma, contribuindo, assim, para a criação de uma boa imagem do destino a nível internacional.

De acordo com a estratégia de marketing turístico do Porto e Norte de Portugal (horizonte 2015-2020) elaborada pelo TPNP (entidade responsável por gerir, valorizar, promover e desenvolver as potencialidade turísticas do norte de Portugal), é possível observar que a cidade apresenta cinco produtos turísticos estratégicos que devem ser desenvolvidos, tais como: o *touring* cultural e paisagístico, o turismo náutico, a gastronomia e vinhos, o turismo de negócios e a *city* e *short breaks* (o Porto é considerado um destino de estadas curtas, um destino de passagem).

No que diz respeito à oferta turística da cidade do Porto, são imensas as atividades a realizar e os locais a visitar. Os visitantes podem desfrutar de diversas atrações turísticas, como por exemplo: a Casa da Música, o Centro Histórico e Praça da Ribeira, a Livraria Lello, o Café Majestic, as Caves de Vinho do Porto e Serra do Pilar, o funicular dos Guindais, as ruas Miguel Bombarda, Galeria de Paris e Cândido dos Reis, a Casa de Serralves e Museu de Arte Contemporânea, a Estação São Bento, a Catedral, a Torre dos Clérigos, a Sé do Porto, a Ponte D. Luís I, o Palácio da Bolsa, os Jardins do Palácio de Cristal, o Jardim Botânico do Porto, etc.. O visitante pode ainda desfrutar de passeios de barco pelo rio Douro ao mesmo tempo que contempla as suas belas margens, participar em provas de degustação de vinho, comer as tradicionais francesinhas, entre outras atividades.

Em relação às estatísticas do turismo em Portugal, estima-se que, no ano de 2018, o número de chegadas a Portugal de turistas não residentes tenha atingido os 22,8 milhões, correspondendo a um crescimento de 7,5% face a 2017 (INE, 2019). No que diz respeito ao setor do alojamento turístico em 2018, contabilizaram-se 25,2 milhões de hóspedes e 67,7 milhões de dormidas, traduzindo-se em aumentos de 5,1% e 3,1%, respetivamente (+12,9% e +10,8%, pela mesma ordem, em 2017), sendo que a hotelaria registou 81,0% dos hóspedes e 83,6% das dormidas, o alojamento local, 15,6% dos hóspedes e 13,8% das dormidas e o turismo no espaço rural e de habitação 3,4% de hóspedes e 2,6% de dormidas. No ano de 2018 estavam em atividade 6868 estabelecimentos de alojamento, mais 4,3% (não inclui o alojamento local da região autónoma dos Açores, por razões de comparabilidade entre anos) que no ano anterior (INE, 2019).

Segundo dados do INE, disponíveis nos anuários estatísticos da região norte (publicados online todos os anos), em 2017 foram registadas 3.782.858 dormidas em alojamentos turísticos na cidade do Porto, sendo que 2.038.408 dessas dormidas provieram da Europa e 656.538 da América. Em 2018 esse número subiu para 4.091.975 dormidas (2.187.446 dessas dormidas foram registadas por europeus e 795.992 por americanos), mostrando assim que a atividade turística no Porto continua a aumentar.

Relativamente ao número de hóspedes em alojamentos turísticos da cidade do Porto foram registados em 2017, de acordo com os dados do INE, 1.876.720 hóspedes, dos quais 950.813 provieram da Europa e 297.868 da América. No ano de 2018 o número de hóspedes aumentou para os 1.996.461 (1.016.479 da Europa e 356.809 da América). Em relação à hotelaria (empreendimento turístico com mais expressividade na cidade do Porto), em 2014 foram registados 1.082.277 de hóspedes e 2.102.283 de dormidas, já em 2017 foram contabilizados 1.515.179 de hóspedes e 2.996.297 de dormidas e, por fim, em 2018, registaram-se 1.559.304 de hóspedes e 3.132.722 de dormidas. Em termos de proveitos do aposento em hotelaria, em 2014 foram obtidos 75.495 milhões de euros, em 2017 registaram-se 157.636 milhões de euros e, em 2018, esse número subiu para os 180.212 milhões de euros. Todos estes números comprovam que, cada vez mais, a cidade do Porto assume-se como uma tendência turística.

Para Silva (2017), este grande aumento dos números da atividade turística verificados no Norte do país, fez com que se começassem a debater certas questões relacionadas com a saída dos residentes do centro do Porto para as periferias, com a especulação imobiliária e com a saturação verificada nos serviços da região devido ao aumento do número de visitantes da mesma.

Em 2017 surgiu o movimento “Morto.”, que imita a imagem da cidade “Porto.”, com a cor preta a substituir a azul. Dessa forma, este movimento pode ser visto, segundo Laranjo (2017), como um alerta verbalizado pela população local que, de alguma forma, se sente descontente com a turistificação desmesurada que se verifica na cidade, onde “em cada esquina há um Airbnb” e onde, por exemplo, restaurantes típicos com bastantes anos, fecham para que o novo senhorio que comprou o prédio, possa dividi-lo em vários T0 e pedir aos inquilinos o quádruplo da renda.

2.2.5 Empreendimentos turísticos

De acordo com o Decreto-Lei nº 80/2017 de 30 de junho, são considerados empreendimentos turísticos “os estabelecimentos que se destinam a prestar serviços de alojamento, mediante remuneração, dispondo, para o seu funcionamento, de um adequado conjunto de estruturas, equipamentos e serviços complementares”.

Por outro lado, o mesmo Decreto-Lei estabelece que não são considerados empreendimentos turísticos:

“as instalações ou os estabelecimentos que, embora destinados a proporcionar alojamento, sejam explorados sem intuito lucrativo ou para fins exclusivamente de solidariedade social e cuja frequência seja restrita a grupos limitados, bem como, as instalações ou os estabelecimentos que, embora destinados a proporcionar alojamento temporário com fins lucrativos, não reúnam os requisitos para serem considerados empreendimentos turísticos” (p. 3321), como o alojamento local.

O alojamento local, que à semelhança dos empreendimentos turísticos, prestam serviços de alojamento a turistas mediante remuneração, distingue-se destes, entre outros aspetos, pelo facto de não lhe ser exigida a licença de utilização para fins turísticos podendo estar afeto a qualquer outro fim (Clemente, 2019).

O Decreto-Lei suprarreferido, estabelece, ainda, a tipologia de empreendimentos turísticos em Portugal. Assim sendo, os empreendimentos turísticos podem ser integrados num dos seguintes tipos (p.3322):

- **Estabelecimentos hoteleiros:** “empreendimentos turísticos destinados a proporcionar serviços de alojamento e outros serviços acessórios ou de apoio, com ou sem fornecimento de refeições, e vocacionados a uma locação diária”. Existem 3 grupos de estabelecimento hoteleiros, os hotéis, os hotéis-apartamentos (quando a maioria das unidades de alojamento é constituída por apartamentos e/ou moradias) e as pousadas (quando explorados diretamente pela ENATUR — Empresa Nacional de Turismo, S. A., ou por terceiros mediante celebração de contratos de franquia ou de cessão de exploração, e instalados em imóveis classificados como de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal ou em edifícios que, pela sua antiguidade, valor arquitetónico e histórico, sejam representativos de uma determinada época.)”;

- **Aldeamentos turísticos:** “empreendimentos turísticos constituídos por um conjunto de instalações funcionalmente interdependentes com expressão arquitetónica coerente, situadas em espaços com continuidade territorial, com vias de circulação interna que permitam o trânsito de veículos de emergência, ainda que atravessados por estradas e caminhos municipais já existentes, linhas de água e faixas de terreno afetas a funções de proteção e conservação de recursos naturais, destinados a proporcionar alojamento e serviços complementares de apoio a turistas”;
- **Apartamentos turísticos:** “empreendimentos turísticos constituídos por um conjunto coerente de unidades de alojamento, do tipo apartamento, entendendo-se estas como parte de um edifício à qual se acede através de espaços comuns, nomeadamente átrio, corredor, galeria ou patamar de escada, que se destinem a proporcionar alojamento e outros serviços complementares e de apoio a turistas”;
- **Conjuntos turísticos (resorts):** “os empreendimentos constituídos por núcleos de instalações funcionalmente interdependentes, situados em espaços com continuidade territorial, ainda que atravessados por estradas e caminhos municipais já existentes, linhas de água e faixas de terreno afetas a funções de proteção e conservação de recursos naturais, destinados a proporcionar alojamento e serviços complementares de apoio a turistas, sujeitos a uma administração comum de serviços partilhados e de equipamentos de utilização comum, que integrem pelo menos dois empreendimentos turísticos, sendo obrigatoriamente um deles um estabelecimento hoteleiro”;
- **Empreendimentos de turismo de habitação:** “empreendimentos de turismo de habitação os estabelecimentos de natureza familiar instalados em imóveis antigos particulares que, pelo seu valor arquitetónico, histórico ou artístico, sejam representativos de uma determinada época, nomeadamente palácios e solares, podendo localizar -se em espaços rurais ou urbanos”;
- **Empreendimentos de turismo no espaço rural:** “empreendimentos de turismo no espaço rural os estabelecimentos que se destinam a prestar, em espaços rurais, serviços de alojamento a turistas, preservando, recuperando e valorizando o património arquitetónico, histórico, natural e paisagístico dos respetivos locais e regiões onde se situam, através da reconstrução, reabilitação ou ampliação de construções existentes, de modo a ser assegurada a sua integração na envolvente”. Existem 3 grupos deste tipo de empreendimento, as casas de campo (imóveis situados em aldeias e espaços rurais que se integrem, pela sua traça, materiais de construção e

demais características, na arquitetura típica local), o agroturismo (imóveis situados em explorações agrícolas que permitam aos hóspedes o acompanhamento e conhecimento da atividade agrícola, ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos, de acordo com as regras estabelecidas pelo seu responsável) e os hotéis rurais (São hotéis rurais os hotéis situados em espaços rurais que, pela sua traça arquitetónica e materiais de construção, respeitem as características dominantes da região onde estão implantados)”;

- **Parques de campismo e de caravanismo:** “empreendimentos instalados em terrenos devidamente delimitados e dotados de estruturas destinadas a permitir a instalação de tendas, reboques, caravanas ou autocaravanas e demais material e equipamento necessários à prática do campismo e do caravanismo, podendo ser públicos ou privativos, consoante se destinem ao público em geral ou apenas aos associados ou beneficiários das respetivas entidades proprietárias ou exploradoras”.

Goeldner et al. (2000) refere que o rápido crescimento da atividade turística, apesar de benéfico para a economia local, acarreta consigo alguns impactos negativos, tais como: o aumento da atividade de construção, o sobrepovoamento de muitos locais, a adulteração ou perda total de diversas tradições locais, destruição do meio ambiente, entre outros.

Os empreendimentos turísticos exigem grandes investimentos de capital, fazendo com que as economias locais, nas quais os empreendimentos são construídos, sejam estimuladas. À medida que o destino turístico se vai desenvolvendo, mais capital é investido em novos empreendimentos turísticos, fazendo com que no fim se assista a um multiplicador de capital. A atividade turística contribui para o aumento do Produto Interno Bruto, aumenta as receitas locais, pois é uma atividade compatível com outras existentes ao seu redor, como por exemplo, a restauração e as lojas de *souvenirs* e ainda criam inúmeras oportunidades de emprego, já que é uma área de trabalho intensivo (Pereira, 2005).

Em termos paisagísticos, a construção desmedida de novas infraestruturas turísticas irá alterar a paisagem do local, tornando-a menos autêntica e mais poluída, ou seja, deixa de ser fiel à sua própria cultura (Oliveira & Salazar, 2011). O excesso de turistas poderá provocar, também, alguns problemas, como por exemplo o aumento do tráfego rodoviário (Oliveira & Salazar, 2011), a aversão aos turistas por parte da comunidade local (exemplo de Veneza e mais recentemente, Barcelona), já que sentem que o seu espaço está a ser invadido e violado

por desconhecidos que, aos poucos, estão a destruir a identidade cultural do seu lar (Ponath & Oliveira, 2019).

A *International Tourism Partnership* (2014) e a *United Nations Environment Programme* (2015), citados por Almeida (2016, p. 24), afirmam que a hotelaria é responsável por cerca de 1% das emissões globais de dióxido de carbono e, “embora este pareça um valor residual, o crescimento do sector estará associado ao aumento dos seus impactos ambientais negativos, sobretudo pela utilização intensiva de recursos energéticos não sustentáveis e meios de transporte aéreos e terrestres”.

As construções de empreendimentos turísticos provocam alguns efeitos nefastos no meio ambiente, tais como: “a devastação das florestas, a erosão das encostas, a destruição da cobertura vegetal do solo, a ameaça de extinção de várias espécies da fauna e da flora, a poluição sonora, a visual e atmosférica, além da contaminação das águas de lagos, rios e oceanos” (Guedes & Pessoa, 2009, p. 2).

Yüzbaşıoğlu *et al.* (2014) consideram que os empreendimentos turísticos causam vários danos ao meio ambiente e que os hotéis, como empreendimentos turísticos, devem estar conscientes do papel que têm em relação à sustentabilidade do destino, sendo necessário existir a implementação de algumas aplicações ambientais para minimizar os danos, sendo que se estes possuírem produtos amigos do ambiente e um sistema de gestão ambiental, o destino onde estiverem localizados será mais sustentável, o que faz melhorar a sua imagem aos olhos dos turistas.

Silveira (2017) também partilha da mesma ideia e afirma que as unidades hoteleiras, individualmente, apresentam alguns impactos negativos sobre o meio ambiente, que são fáceis de minimizar, no entanto, em termos coletivos, o setor do alojamento pode ser responsável pelo consumo de uma enorme quantidade de recursos, já que os recursos naturais são usados ao longo de todo o ciclo de vida dos empreendimentos turísticos (desde o planeamento, à construção, operação e desmantelamento), o que pode ser problemático para o território.

Assim sendo, preservar o ambiente, tanto físico como cultural, torna-se, cada vez mais, uma questão importante para a sustentabilidade do destino turístico. Torna-se cada vez mais urgente a implementação de medidas *eco-friendly*, como por exemplo: a instalação de mecanismos de poupança de energia (iluminação LED e painéis solares); o uso de materiais

e produtos de limpeza *eco-friendly*; reciclar e consumir produtos reciclados, incentivando os hóspedes a fazer o mesmo, etc. (Almeida, 2016).

2.2.5.1 Empreendimentos turísticos no Porto

No ano de 2014, segundo dados retirados do anuário estatístico da região Norte, existiam na cidade do Porto 70 estabelecimentos hoteleiros. Em 2018, esse número subiu para 98, o que comprova que o número de empreendimentos turísticos tem crescido ao longo dos últimos anos. Em relação aos estabelecimentos de turismo em espaço rural e turismo de habitação, estavam registados, em 2018, dois estabelecimentos.

Com o intuito de minimizar as dificuldades sentidas devido ao crescimento do turismo na cidade e de assegurar o Porto como um destino sustentável, combatendo a degradação e a ocupação excessiva, o município do Porto criou a taxa turística que entrou em vigor no dia 1 de março de 2018. O valor da taxa é de 2€ (não está sujeita a IVA) por pessoa/dormida, com idade superior a 13 anos, em todos os empreendimentos turísticos e estabelecimentos de alojamento local, até um máximo de 7 noites seguidas por pessoa/estadia, independentemente se a reserva é efetuada de forma presencial, analógica ou digital. Um mês depois da entrada em vigor da taxa turística, entrou, também em vigor, o acordo estabelecido com a plataforma Airbnb (Regulamento n.º 547/2020 de 1 de Julho de 2020).

O valor económico gerado pela taxa turística servirá, segundo a câmara do Porto, “como forma de financiamento para a melhoria de um conjunto de atividades e investimentos promovidos pela Câmara Municipal relacionados com a atividade turística, nomeadamente, a preservação ambiental da cidade, comércio tradicional, histórico e de proximidade, obras de melhoramento de domínio público e privado municipal e pelas dinamizações culturais e recreativas, disseminadas por toda a cidade” (Fonte: CMP, 2020, pp. 241-242).

Em Dezembro de 2017, o presidente da câmara municipal do Porto, Rui Moreira, revelou que a receita anual esperada da taxa turística era de 6 milhões de euros, garantindo que esse valor serviria para “mitigar o impacto da pegada turística” na cidade. No início de 2019, foi revelado que a câmara do Porto tinha angariado 10,4 milhões de euros em 2018 com a taxa turística, superando o valor previsto.

Atualmente, devido à situação de preocupação em que o mundo vive devido à pandemia do

Covid-19, o Turismo de Portugal criou um selo “Clean and Safe” que tem como objetivo distinguir as atividades turísticas que garantem o cumprimento de certos requisitos de higiene e limpeza de modo a informar a população sobre quais são os estabelecimentos que cumprem as normas de segurança que previnem o risco de contágio do vírus COVID-19 e de outras eventuais infeções. O selo surge devido à preocupação generalizada que se instalou na população aquando da retoma da atividade económica e social do país e pode ser solicitado por todos os empreendimentos turísticos, por todas as empresas de animação turística, por todas as agências de viagem e por todas as empresas que possuem um registo oficial junto da Autoridade Turística Nacional.

De acordo com as declarações de Luís Pedro Martins, presidente da TPNP, à agência LUSA, a região Norte é a que regista o maior número de selos “Clean & Safe” em Portugal (quer seja na restauração, na hotelaria, nos museus, etc.), sendo que os estabelecimentos hoteleiros da região já começaram a receber reservas. Algumas das soluções já implementadas consistem na oferta de kits (que incluem o álcool gel e a máscara), na existência de menos quartos disponíveis e algumas alas comuns fechadas e na realização das refeições no quarto. (Agência Lusa, 2020)

2.3 Hipóteses e modelo de investigação

Com base na revisão de literatura já efetuada, foram elaboradas algumas hipóteses de investigação, bem como o respetivo modelo, tendo em vista a resposta à questão principal deste estudo.

Como já referido, Martins e Moraes (2016) afirmam que a atividade turística acarreta consigo largos benefícios económicos. Esta opinião é partilhada por Işık *et al.* (2019), que dizem que muitos países utilizam a atividade turística para crescer em termos económicos, utilizando, para esse efeito, o empreendedorismo. Posto isto, visto que os empreendimentos turísticos fazem parte da atividade turística, foi construída a primeira hipótese de estudo:

H1: Os empreendimentos turísticos contribuem para o desenvolvimento económico do destino turístico.

Oliveira e Salazar (2011), como já pudemos observar, defendem que em termos paisagísticos, a construção desmedida de novas infraestruturas turísticas irá alterar a

paisagem do local, tornando-a menos autêntica e mais poluída, ou seja, deixa de ser fiel à sua própria cultura, já que em muitos destinos a paisagem faz parte da sua identidade cultural e não é vista, apenas, como algo físico. No seguimento desta ideia, surgiu a segunda hipótese de investigação:

H2: Os empreendimentos turísticos contribuem para a degradação da paisagem do destino turístico.

Carvalho, Salazar e Neves (2011, p.8) afirmam o seguinte: “é de salientar o aumento do número de empreendimentos na zona que engloba a Régua e o Pinhão, o que facilmente se percebe, pois nestes perímetros verificam-se maiores fluxos turísticos”, sendo que com esta afirmação ficou visível que pode existir uma relação entre os empreendimentos turísticos e os fluxos turísticos. Assim sendo, formou-se a terceira hipótese de investigação:

H3: Os empreendimentos turísticos contribuem para o aumento do fluxo de visitantes no destino turístico.

Tal como já foi observado anteriormente, Escoto *et al.* (2019) afirmam, que independentemente dos benefícios económicos que se podem obter com a oferta turística, é necessário equilibrar os custos sociais e ambientais, pois existe o risco de destruir o turismo, sendo necessário trabalhar para preservar os recursos naturais e respeitar os costumes e tradições de qualquer destino turístico. Desta forma, visto que os empreendimentos turísticos fazem parte da oferta turística, é necessário perceber se estes contribuem ou não para um uso mais excessivo do território e dos recursos, o que levou à criação da hipótese quatro:

H4: Os empreendimentos turísticos contribuem para o uso excessivo do território e dos recursos do destino turístico.

O município do Porto criou, em 2018, a taxa turística cobrada em todos os empreendimentos turísticos e estabelecimentos de alojamento local, sendo que o valor económico gerado pela taxa turística servirá, segundo a câmara do Porto, “como forma de financiamento para a melhoria de um conjunto de atividades e investimentos promovidos pela Câmara Municipal relacionados com a atividade turística, nomeadamente, a preservação ambiental da cidade”. Para os anos de 2021 e 2022, a autarquia prevê arrancar com seis projetos de reabilitação e expansão das áreas verdes da cidade euros (expansão do Parque de São Roque e do parque da Cidade, reabilitação da Praça da Corujeira, novo parque urbano da Lapa, etc.) que representam um investimento superior a 10 milhões de euros (Lusa, 2020).

Dessa maneira, percebemos que o desenvolvimento económico do destino, pode ajudar a torná-lo mais sustentável, o que levou à formulação da quinta hipótese de investigação:

H5: O desenvolvimento económico do destino turístico, contribui para a preservação do meio físico e cultural do mesmo.

Segundo a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (2019), a “atividade turística tende a materializar-se intensamente no território, alterando paisagens, modos de vida e imagens identitárias, e não raras vezes gerando processos degradatórios de paisagens e tecidos urbanísticos, e usos excessivos de recursos, prejudicando a qualidade, imagem e sustentabilidade ambiental”. Com isto, foi criada a sexta hipótese de investigação:

H6: A degradação da paisagem do destino turístico, tem um impacto negativo na preservação do meio físico e cultural do mesmo.

Como já pudemos observar na revisão de literatura, Oliveira e Salazar (2011) afirmam que o excesso de turistas poderá causar alguns problemas, como por exemplo o aumento do tráfego rodoviário. Na mesma linha de pensamento Ponath e Oliveira (2019) dizem que a aversão aos turistas por parte da comunidade local poderá ser um dos problemas causados pelo excesso de turistas, pois sentem que estão a destruir a identidade cultural do seu lar. Martín, Aguilera e Moreno (2014) falam-nos em capacidade de carga que corresponde ao número máximo de turistas, num dado período de tempo, que um destino pode suportar sem que isso afete negativamente o ambiente físico, o ambiente cultural e a satisfação do turista, sendo que esta não deve ser ultrapassada para evitar esses mesmos danos. Tendo em conta todos estes autores, foi elaborada a sétima hipótese:

H7: O aumento do fluxo de visitantes no destino turístico, tem um impacto negativo na preservação do meio físico e cultural do mesmo.

A OCDE refere que o desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades, garantindo a conservação dos recursos naturais necessários para o crescimento e desenvolvimento futuro. Portanto, é necessário preservar o território e os seus recursos de modo a garantir a sua sustentabilidade e, desse modo, surgiu a hipótese oito:

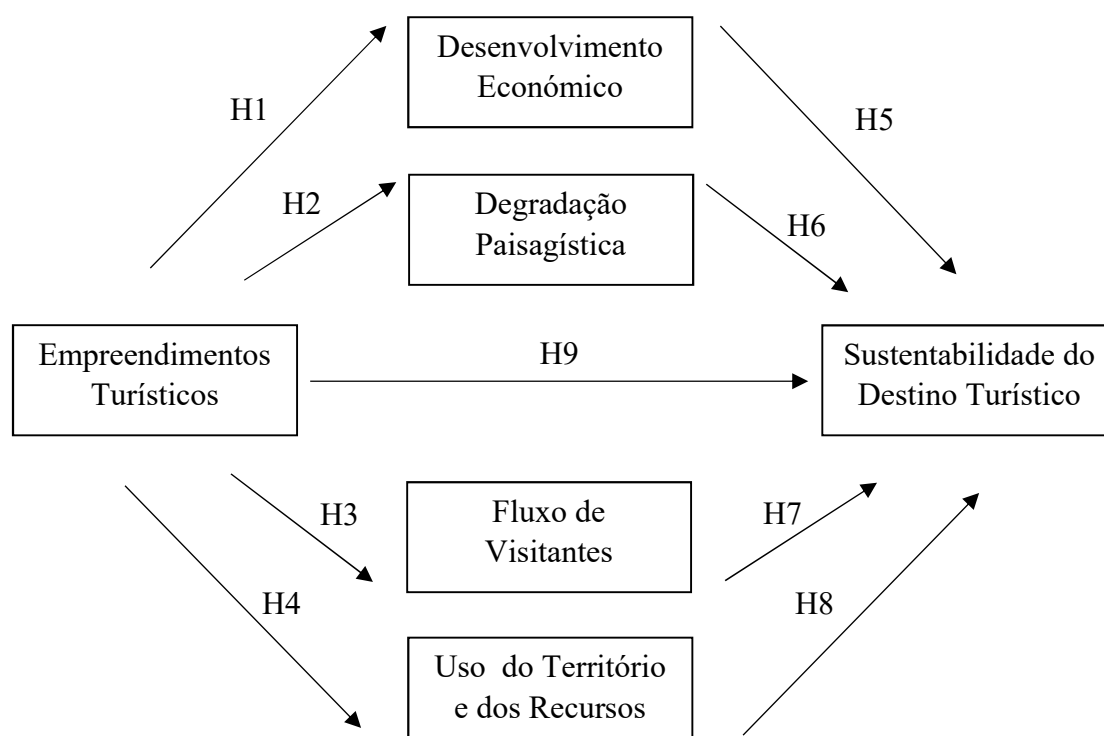
H8: O uso excessivo do território e dos recursos do destino turístico, tem um impacto negativo na preservação do meio físico e cultural do mesmo.

Como já foi referido, Yüzbaşıoğlu *et al.* (2014) consideram que os empreendimentos turísticos causam vários danos ao meio ambiente e que os hotéis, como empreendimentos turísticos, devem estar conscientes do papel que têm em relação à sustentabilidade do destino, sendo necessário existir a implementação de algumas aplicações ambientais para minimizar os danos. Almeida (2016), afirma que é cada vez mais urgente a implementação de medidas *eco-friendly*, como por exemplo: a instalação de mecanismos de poupança de energia (iluminação LED e painéis solares); o uso de materiais e produtos de limpeza *eco-friendly*; reciclar e consumir produtos reciclados, incentivando os hóspedes a fazer o mesmo, etc.. Com isto, é possível perceber que os empreendimentos turísticos precisam de implementar algumas medidas no seu funcionamento para que dessa forma contribuam para a sustentabilidade do destino onde estão implementados. Tendo em conta tudo isto, foi criada a última hipótese de investigação:

H9: Os empreendimentos turísticos adotam medidas de funcionamento sustentáveis, que contribuem para a preservação do meio físico e cultural do destino turístico.

No seguimento da elaboração das hipóteses de investigação, apresenta-se o modelo de investigação (Figura 2) que se pretende testar.

Figura 2 - Modelo de investigação proposto



Fonte: Elaboração própria.

A metodologia de investigação indica a lógica por detrás do desenvolvimento do processo usado para adicionar conhecimento àquele que já existe. Ela fornece os princípios para organizar, planear, projetar e conduzir as pesquisas (Mohajan, 2018). Snyder (2019) afirma, também, que construir a pesquisa e relacioná-la com o conhecimento já existente, é o alicerce de todas as pesquisas académicas, independentemente da disciplina. Dessa maneira, “o processo metodológico assume um papel fundamental na construção da linha orientadora de um trabalho científico, pelo que possui um caráter de primordial importância” (Oliveira, 2013, p. 106).

A metodologia pode ser classificada como qualitativa ou quantitativa, no que diz respeito ao tratamento dos dados. Na metodologia qualitativa, “utiliza-se a compreensão e interpretação dos dados, com atenção aos significados que neles se expressam, incorporando-os ao desenvolvimento das análises”. Por outro lado, na metodologia quantitativa, “utilizam-se experimentos e cálculos estatísticos, como processos que orientam as interpretações analíticas”, sendo que ambas as metodologias podem coexistir numa determinada pesquisa (Rangel, Rodrigues & Mocarzel, 2018, p.9).

Posto isto, o objetivo principal deste trabalho de investigação, consiste em perceber qual o impacto que os empreendimentos turísticos apresentam na sustentabilidade do destino turístico, nomeadamente no que diz respeito à preservação do seu ambiente físico e cultural, sendo que o destino a estudar é a cidade do Porto, uma vez que, como já referido, é um destino que se tem afirmado como tendência turística nos últimos anos.

3.1 Metodologia quantitativa

Segundo Teixeira (2019, p.25), “o método de pesquisa quantitativa é conclusivo-causal e tem como objetivo quantificar um problema e compreender a sua dimensão”. De acordo com Proetti (2017), a pesquisa quantitativa é objetiva, formula hipóteses, testa teorias, apresenta um raciocínio lógico e dedutivo, procura generalizações, consegue medir correlacionar e estabelecer estatísticas/escalas. Para o autor, a pesquisa quantitativa segue, com rigor, um plano previamente estabelecido, com hipóteses e variáveis definidas pelo autor do estudo e visa enumerar e medir eventos de forma objetiva e precisa.

Na mesma linha de pensamento, Apuke (2017) vê a metodologia quantitativa como um método que quantifica e analisa várias variáveis de modo a obter resultados, ao mesmo

tempo que envolve a utilização e análise de dados numéricos usando técnicas estatísticas específicas para responder a perguntas como *who, how much, what, where, when, how many, and how*.

Rangel *et al.* (2018, p.8) afirmam, também, que “os elementos da pesquisa com uso de metodologias quantitativas incluem hipóteses, a serem comprovadas ou refutadas através da experimentação e dos cálculos de frequência aplicados à mensuração e dimensionamento de dados ou variáveis, ou às suas correlações”.

Assim sendo, para este estudo foi escolhida a pesquisa quantitativa e, sendo que existem diversas maneiras de a realizar, considere-se que a realização e divulgação de um inquérito por questionário estruturado seria o instrumento de recolha mais adequado a utilizar, uma vez que permite uma resposta prática, rápida e anónima.

3.2 Instrumento e escalas de medida

O questionário “apresenta-se como um instrumento de recolha estruturado, coerente internamente, direccionado em termos de temática, standardizado” (Moreira, 2013, p. 321). Eles são fáceis de construir, podem ser usados ou adaptados por outros investigadores, podem ser disponibilizados online, conseguem reunir um grande conjunto de dados com relativa facilidade (seja por correio, contacto direto, web ou e-mail) e podem ser processados e analisados com mais facilidade do que os “*spoken data*”, que devem ser gravados e transcritos antes da sua análise (Young, 2016).

Campenhoudt e Quivy (2008) afirmam que os questionários possuem a vantagem de recolher grandes quantidades de dados, sendo que o facto de serem uniformizados, facilita a comparação entre si, ao mesmo tempo que possibilita a generalização dos resultados da amostra à população. Por outro lado, a dificuldade no controlo do tempo de resposta, o facto de não existir grande interação social entre o inquirido e o investigador e a superficialidade das respostas dos inquiridos, são vistos como desvantagens deste método de investigação.

Posto isto, e apesar das desvantagens associadas, o inquérito por questionário foi o método escolhido para recolha de dados. O público-alvo do questionário desta investigação serão os residentes da cidade do Porto, já que é o destino em estudo, e este será construído online (através da plataforma Google Forms), sendo que a sua divulgação será realizada, também,

por essa via (grupos de facebook das faculdades do Porto, grupos que estejam relacionados com a cidade do Porto, partilha com amigos e familiares, fazendo com que os mesmos partilhem com outros amigos e familiares, etc.). O questionário foi respondido pelos residentes da cidade do Porto entre os dias 16 e 30 de Setembro de 2020.

3.2.1 Estrutura do questionário e escalas de medida utilizadas

O questionário está dividido em duas secções. A primeira parte tem como objetivo traçar o perfil do inquirido, isto é, realizar a sua análise sociodemográfica (género, faixa etária, situação profissional) e perceber se o mesmo reside no Porto, no sentido de ajudar a compreender as relações que foram testadas. A segunda parte é exclusiva dos inquiridos que residem no Porto, já que são eles o público-alvo, e tenta avaliar os impactos dos empreendimentos turísticos na sustentabilidade do destino turístico (preservação do meio natural e cultural), que neste caso específico é a cidade do Porto.

A elaboração das questões do questionário teve por base outros estudos empíricos que apresentavam nos seus questionários perguntas semelhantes (tabela 3) para analisar as variáveis presentes neste estudo. Para medir os atributos em análise da segunda parte do questionário, foi utilizada a escala de Likert de 1 a 5 pontos, onde “1 - discordo totalmente”, “2 – discordo”, “3 - nem concordo nem discordo”, “4 – concordo” e “5 - concordo totalmente”. Segundo Teixeira (2019, p. 25), “a escala de Likert permite medir o nível de concordância entre os inquiridos de modo mais específico” e, por esse mesmo motivo, foi considerada a escala mais adequada para esta pesquisa, sendo que os itens do questionário têm como finalidade medir os conceitos que estão a ser estudados.

Tabela 3 - Itens do questionário

Construto	Itens	Autores
Desenvolvimento económico	A atividade turística gera renda para o destino turístico.	Santos (2013)
	O turismo tem trazido mais rendimento e emprego para a comunidade local.	Craveiro (2013)
	O turismo atrai mais investimentos na região.	Dias (2019)
	Considera os empreendimentos rentáveis a nível económico-financeiro.	Craveiro (2013)

	O aumento do rendimento gerado pelo turismo tem contribuído para melhorar a qualidade de vida da população do seu concelho.	Ribeiro (2009)
Degradação paisagística	O turismo provoca a deterioração do ambiente natural e paisagístico.	Patuleia (2012)
	A arquitetura dos empreendimentos bem como o espaço construído foram devidamente integrados na paisagem do local.	Santo (2012)
	A construção de hotéis está a afetar a qualidade estética do ambiente, por não haver um adequado planeamento e ordenamento do território.	Ribeiro (2009)
Fluxo de visitantes	Foram construídas novas infraestruturas para atrair mais turistas.	Pacheco, Tavares & Madaleno (2019)
	Os visitantes do nosso país protegem o meio ambiente.	Dauti (2014)
	Existe uma interação saudável entre os residentes/ trabalhadores e turistas.	Silva (2017)
	Existe diminuição da tolerância dos residentes a outras culturas.	Eusébio & Carneiro (2012)
	Existe perda de identidade cultural.	
Uso do território e dos recursos	O turismo pode levar à escassez de recursos naturais necessários à população local.	Quadros (2016)
	O turismo provoca um consumo excessivo do solo devido às construções.	Patuleia (2012)
	A construção de empreendimentos turísticos tem-se feito de forma ordenada.	Pina (2012)
	A construção de hotéis e outras instalações turísticas destrói o ambiente natural da região.	Peters, Chan & Legerer (2018)

Sustentabilidade do destino turístico	Na sua opinião algum costume /tradição/atividade económica da comunidade tem sido ou foi afetado(a) negativamente pelos empreendimentos turísticos.	Lima (2015)
	Tem havido uma maior preocupação em melhorar a qualidade do ambiente e o ordenamento do território no seu concelho por causa do turismo.	Ribeiro (2009)
	A cidade/território tem políticas que exigem que as empresas turísticas minimizem os impactos ambientais.	Silva (2017)
	Promovendo o investimento em fontes de energia renováveis, o turismo, através das receitas, pode ajudar a reduzir os gases de efeito de estufa, mitigar as alterações climáticas e contribuir para o acesso de energia para toda a população.	Coelho (2018)
Empreendimentos Turísticos	Investem em tecnologias mais limpas e sistemas com maior eficiência energética.	Moyle, Moyle, Ruhanen, Bec & Weiler (2018)
	Usam iluminação com eficiência energética (lâmpadas de baixo consumo).	
	Usam fontes de energia renováveis (por exemplo, solar, hidroelétrica, eólica, certos biocombustíveis).	
	Existem mecanismos de redução, reciclagem e reutilização dos resíduos.	Santo (2012)
	Foram implementados mecanismos de aproveitamento e reutilização da água.	

Fonte: Elaboração própria.

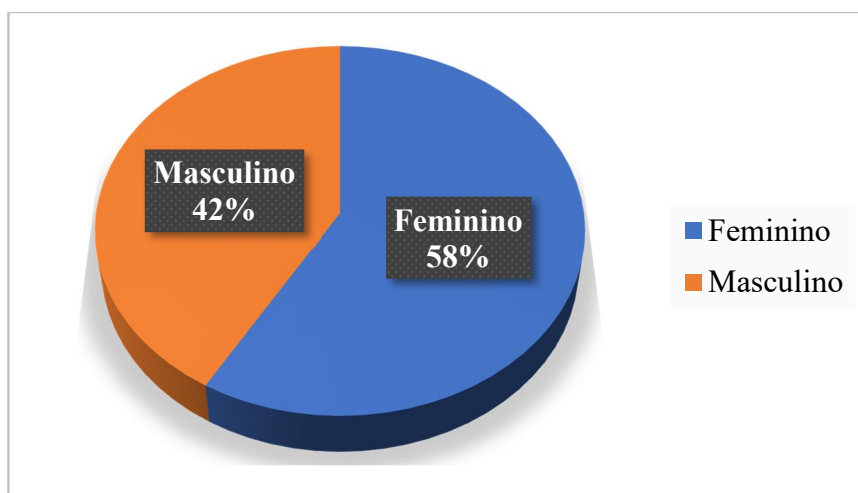
4.1 Caraterização da amostra

Os dados recolhidos pelo questionário provieram de uma amostra composta por 166 indivíduos, todas eles residentes no Porto. O questionário, dividido em duas secções, foi realizado e publicado em diversas redes sociais (Facebook e Instagram) estando disponível durante o mês de setembro de 2020 para quem se voluntariou a responder. A secção 1 teve como intuito traçar o perfil dos inquiridos.

Género

O Gráfico 1 mostra que, das 166 respostas obtidas, a maioria dos inquiridos é do sexo feminino, representando 58% da amostra (97 indivíduos), sendo que os restantes 42% pertencem ao sexo masculino (69 indivíduos).

Gráfico 1 - Género

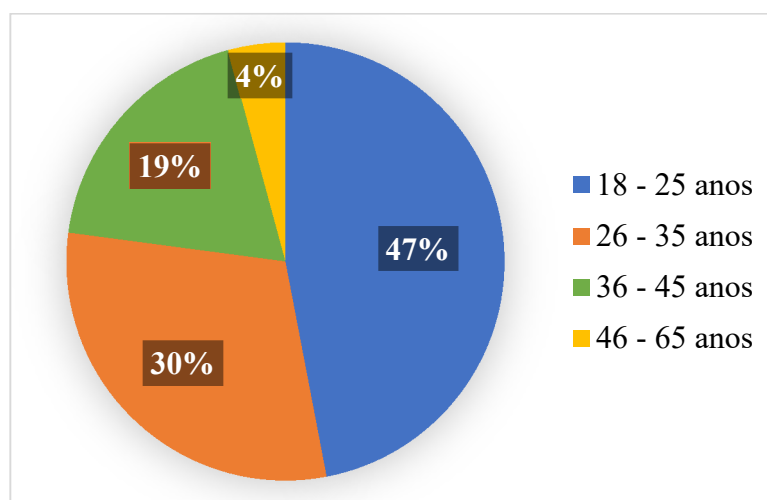


Fonte: Elaboração própria.

Idade

No que diz respeito à idade dos inquiridos, esta centra-se entre a faixa etária dos 18 e aos 25 anos de idade, representando um total de 47% dos indivíduos (equivalente a 78 inquiridos) e a faixa etária dos 26 aos 35 anos, representado um total de 30% dos indivíduos (equivalente a 50 inquiridos). O facto da amostra se centrar maioritariamente nestas duas faixas etárias, pode estar relacionado com o facto do questionário ter sido disponibilizado nas redes sociais, que são utilizadas, sobretudo, por jovens e jovens adultos. No entanto, a faixa etária compreendida entre os 36 e os 45 anos de idade, apresenta uma expressão significativa representando 19% dos indivíduos, o que corresponde a 31 inquiridos. A percentagem mais baixa, 4% (equivalente a 7 inquiridos), diz respeito à faixa etária dos 46 aos 65 anos.

Gráfico 2 - Idade

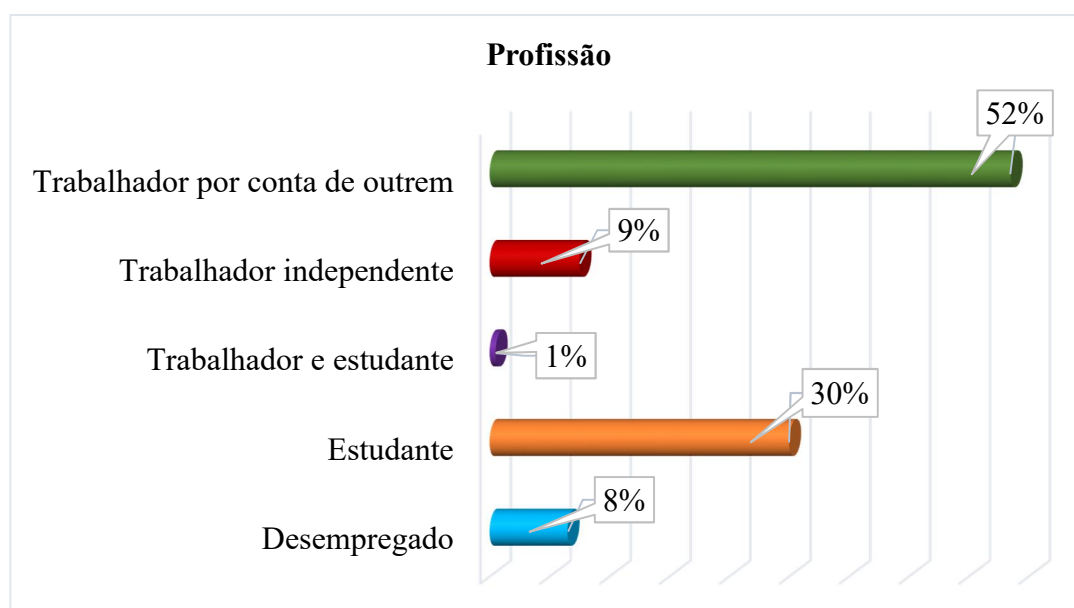


Fonte: Elaboração própria.

Profissão

Em relação à profissão dos inquiridos, a amostra é constituída, maioritariamente, por trabalhadores por conta de outrem (87 inquiridos). Com uma expressão significativa, representando 30% da amostra (equivalente a 50 inquiridos), encontram-se os estudantes. Com expressões mais reduzidas, temos os trabalhadores independentes (15 inquiridos), os desempregados (13 inquiridos) e os trabalhadores independentes (1 inquirido).

Gráfico 3 - Profissão



Fonte: Elaboração própria.

4.2 Análise e discussão dos resultados

Como já foi referido, a secção 2 do questionário em estudo tentou avaliar os impactos dos empreendimentos turísticos na sustentabilidade do destino turístico (preservação do meio natural e cultural), que neste caso específico é a cidade do Porto, sendo que o questionário foi respondido somente pelos residentes dessa cidade. Na secção 2 foi utilizada apenas a escala de Likert de 1 a 5 pontos, onde o número 1 significa discordo totalmente, o 2 significa discordo, o 3, nem concordo nem discordo, o 4, concordo e o 5, concordo totalmente.

Por conseguinte, apresentam-se na tabela 4, os resultados médios dos valores das respostas dadas pelos inquiridos.

Tabela 4 - Média dos valores das respostas dos inquiridos

	N	Média
A atividade turística gera renda para o destino turístico (QDE1)	166	4,29
O turismo tem trazido mais rendimento e emprego para a comunidade local. (QDE2)	166	4,26
O turismo atrai mais investimentos na região. (QDE3)	166	4,28
Considera os empreendimentos rentáveis a nível económico-financeiro. (QDE4)	166	3,98
O aumento do rendimento gerado pelo turismo tem contribuído para melhorar a qualidade de vida da população do seu concelho. (QDE5)	166	3,58
O turismo provoca a deterioração do ambiente natural e paisagístico. (QDP1)	166	3,23
A arquitetura dos empreendimentos bem como o espaço construído foram devidamente integrados na paisagem do local. (QDP2)	166	3,07
A construção de hotéis está a afetar a qualidade estética do ambiente, por não haver um adequado planeamento e ordenamento do território. (QDP3)	166	3,20
Foram construídas novas infraestruturas para atrair mais turistas. (QFV1)	166	3,91
Os visitantes do nosso país protegem o meio ambiente. (QFV2)	166	2,60
Existe uma interação saudável entre os residentes/ trabalhadores e turistas. (QFV3)	166	3,46

Existe diminuição da tolerância dos residentes a outras culturas. (QFV4)	166	2,78
Existe perda de identidade cultural. (QFV5)	166	2,72
O turismo pode levar à escassez de recursos naturais necessários à população local. (QRT1)	166	3,28
O turismo provoca um consumo excessivo do solo devido às construções. (QRT2)	166	3,54
A construção de empreendimentos turísticos tem-se feito de forma ordenada. (QRT3)	166	2,65
A construção de hotéis e outras instalações turísticas destrói o ambiente natural da região. (QRT4)	166	3,50
Na sua opinião algum costume /tradição/atividade económica da comunidade tem sido ou foi afetado(a) negativamente pelos empreendimentos turísticos. (QSDT1)	166	3,24
Tem havido uma maior preocupação em melhorar a qualidade do ambiente e o ordenamento do território no seu concelho por causa do turismo. (QSDT2)	166	3,32
A cidade/território tem políticas que exigem que as empresas turísticas minimizem os impactos ambientais. (QSDT3)	166	3,18
Promovendo o investimento em fontes de energia renováveis, o turismo, através das receitas, pode ajudar a reduzir os gases de efeito de estufa, mitigar as alterações climáticas e contribuir para o acesso de energia para toda a população. (QSDT4)	166	3,98
Investem em tecnologias mais limpas e sistemas com maior eficiência energética. (QET1)	166	3,27
Usam iluminação com eficiência energética (lâmpadas de baixo consumo). (QET2)	166	3,35
Usam fontes de energia renováveis (por exemplo, solar, hidroelétrica, eólica, certos biocombustíveis). (QET3)	166	3,02
Existem mecanismos de redução, reciclagem e reutilização dos resíduos. (QET4)	166	3,41
Foram implementados mecanismos de aproveitamento e reutilização da água. (QET5)	166	3,01

Fonte: Elaboração própria.

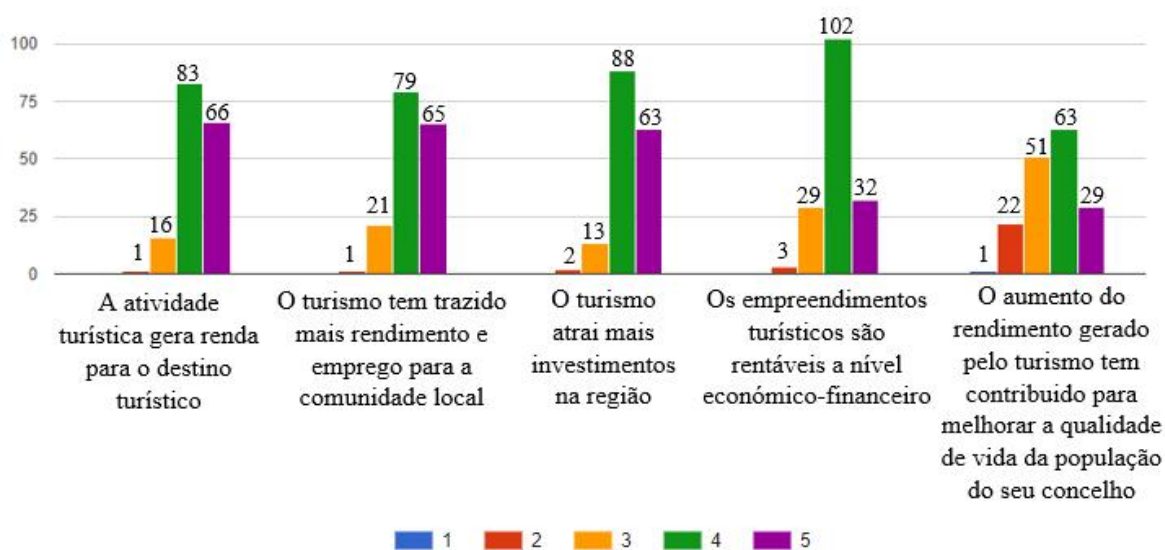
4.2.1 Desenvolvimento económico

Como podemos observar pela média das três primeiras variáveis ($\bar{x}QDE1 = 4,29$; $\bar{x}QDE2 = 4,26$ e $\bar{x}QDE3 = 4,28$), o construto do desenvolvimento económico mostrou que os residentes concordam que a atividade turística contribuiu para o crescimento da atividade económica da cidade. A QDE4 (“Os empreendimentos turísticos são rentáveis a nível económico-financeiro”) possui um valor médio de 3,98, mostrando que existe uma concordância com o facto dos empreendimentos turísticos, enquanto parte da atividade turística, contribuírem, também, para o desenvolvimento económico da cidade. Assim sendo, podemos concluir que os resultados destas quatro variáveis ajudam a corroborar a H1 (“Os empreendimentos turísticos contribuem para o desenvolvimento económico do destino turístico”).

Relativamente à QDE5, apesar do seu valor médio ser de 3,58, podemos observar (gráfico 4) que existe uma tendência para concordar com o facto do rendimento gerado pela atividade turística contribuir para melhorar a qualidade de vida da população da cidade, sendo que melhorar a qualidade de vida dos cidadãos pressupõe, entre muitas outras coisas, melhorar o ambiente físico e cultural da cidade. A QSDT4 (“Promovendo o investimento em fontes de energia renováveis, o turismo, através das receitas, pode ajudar a reduzir os gases de efeito de estufa, mitigar as alterações climáticas e contribuir para o acesso de energia para toda a população”), presente no construto da sustentabilidade do destino turístico (gráfico 9), apresenta um valor médio de 3,98, mostrando, dessa forma, que as receitas geradas pela atividade turística podem ajudar a diminuir alguns problemas que contribuem para a degradação do meio ambiente da cidade, ao apostar em alternativas mais sustentáveis).

Por conseguinte, é possível verificar que todas as variáveis mencionadas acima ajudam a corroborar a H5 (“O desenvolvimento económico do destino turístico, contribui para a preservação do meio físico e cultural do mesmo”).

Gráfico 4 - Desenvolvimento económico na cidade



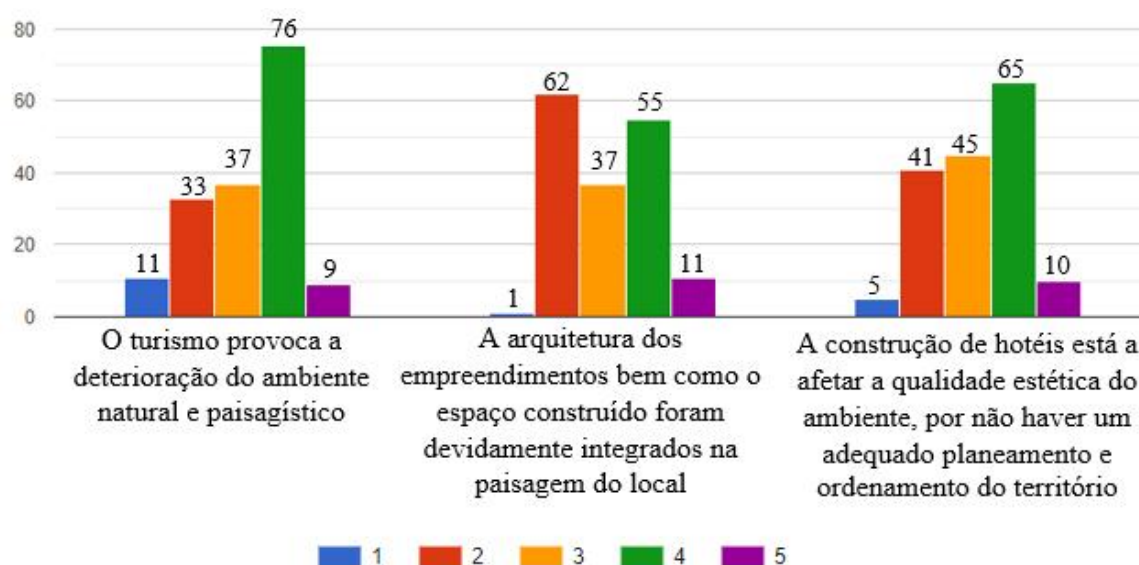
Fonte: Elaboração própria.

4.2.2 Degradação paisagística

Ao analisar a variável QDP1, apesar do seu valor médio ser de 3,23, podemos verificar pelo gráfico 5, que a maioria concorda com o facto da atividade turística causar danos ao ambiente natural e paisagístico, pelo que a destruição da paisagem natural da cidade não contribui para a sustentabilidade do destino turístico, visto que ela é destruída, degradando, dessa forma, o meio físico e cultural, uma vez que em muitos destinos a paisagem da cidade é considerado como um elemento cultural. Com isto, a H6 (“A degradação da paisagem do destino turístico, tem um impacto negativo na sustentabilidade do destino turístico”) pode ser corroborada.

No entanto, no que diz respeito à degradação paisagística da cidade, mais concretamente à inclusão dos empreendimentos turísticos na paisagem da cidade, podemos observar que as opiniões se dividem (gráfico 5). As variáveis QDP2 ($\bar{x} = 3,07$) e QDP3 ($\bar{x} = 3,20$), mostram que não existe um consenso sobre o facto dos empreendimentos turísticos danificarem ou não a paisagem da cidade, já que as opiniões se dividem. Desse modo, não é possível corroborar a H2 (“Os empreendimentos turísticos contribuem para a degradação da paisagem do destino turístico”).

Gráfico 5 - Degradação paisagística da cidade



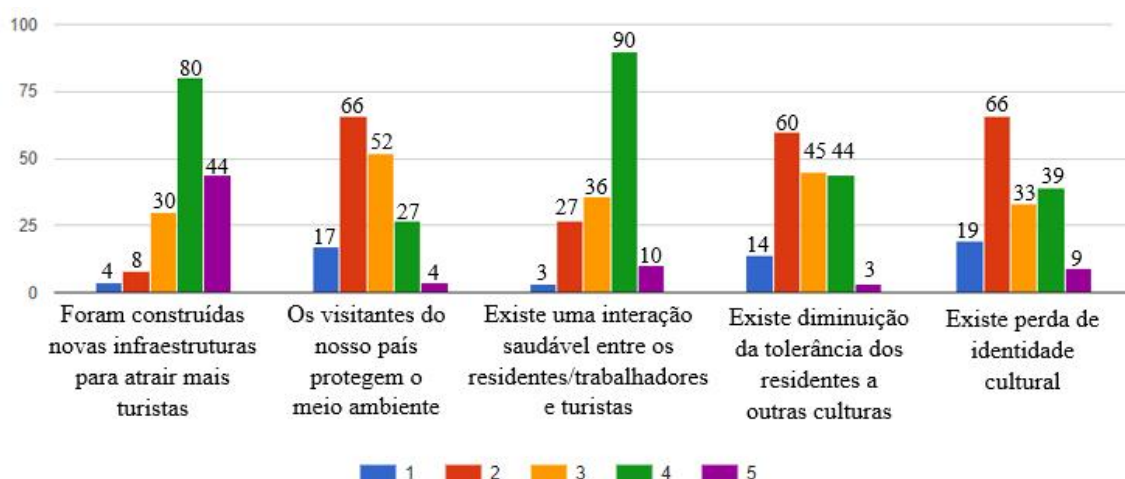
Fonte: Elaboração própria.

4.2.3 Fluxo de visitantes

A média da QFV1 ($\bar{x} = 3,91$), mostra que quanto mais infraestruturas existirem mais turistas a cidade pode receber e, sendo os empreendimentos turísticos infraestruturas turísticas de alojamento, contribuem, também, para estimular o fluxo de visitantes da cidade, já que mais empreendimentos podem significar mais turistas. Desse modo, esta variável ajuda a corroborar a H3 (“Os empreendimentos turísticos contribuem para o aumento do fluxo de visitantes no destino turístico”).

Relativamente à QFV2, esta apresenta uma média de 2,60, o que significa que os visitantes do nosso país, de uma maneira geral, não protegem o nosso meio ambiente (ambiente físico). Por outro lado, no que diz respeito ao ambiente cultural, podemos observar pelos valores de QFV3 ($\bar{x} = 3,46$), QFV4 ($\bar{x} = 2,78$) e QFV5 ($\bar{x} = 2,72$), que os visitantes não provocam grandes danos no ambiente cultural da cidade, existindo um bom relacionamento entre turistas e residentes. Desta forma, podemos concluir que estas variáveis não corroboram totalmente a H7 (“O aumento do fluxo de visitantes no destino turístico, tem um impacto negativo na preservação do meio físico e cultural do mesmo”), uma vez que apesar dos visitantes não protegerem o meio físico, estes, não contribuem de forma significativa para a degradação do ambiente cultural.

Gráfico 6 - Fluxo de visitantes da cidade



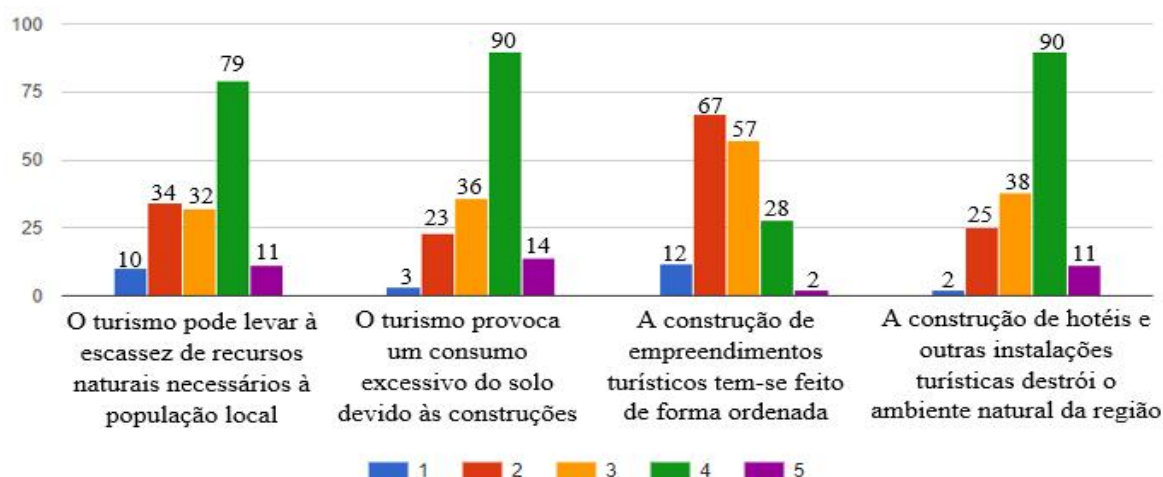
Fonte: Elaboração própria

4.2.4 Uso dos recursos e do território

No que diz respeito ao uso dos recursos e do território da cidade, podemos verificar, a partir dos valores de QRT2 ($\bar{x} = 3,54$), QRT3 ($\bar{x} = 2,65$) e QRT4 ($\bar{x} = 3,50$), que a atividade turística provoca um consumo excessivo do solo devido às construções, sendo que a construção de empreendimentos turísticos não se tem realizado de forma ordenada. Podemos ainda verificar que a construção de hotéis (empreendimento turístico com maior expressividade na cidade do Porto) e outras instalações turísticas destrói o ambiente natural da região (gráfico 7). Portanto, todas estas variáveis parecem ajudar a corroborar a H4 (“Os empreendimentos turísticos contribuem para o uso excessivo do território e dos recursos do destino turístico”).

Analisando as variáveis QRT1 e QRT2 (gráfico 7), concluímos que a atividade turística pode levar à escassez dos recursos naturais necessários à população local e ao consumo excessivo do solo, pelo que não contribui para a sustentabilidade do território, logo, através destas variáveis podemos corroborar a H8 (“O uso excessivo do território e dos recursos do destino turístico, tem um impacto negativo na preservação do meio físico e cultural do mesmo”).

Gráfico 7 - Uso dos recursos e do território da cidade



Fonte: Elaboração própria

4.2.5 Empreendimentos turísticos

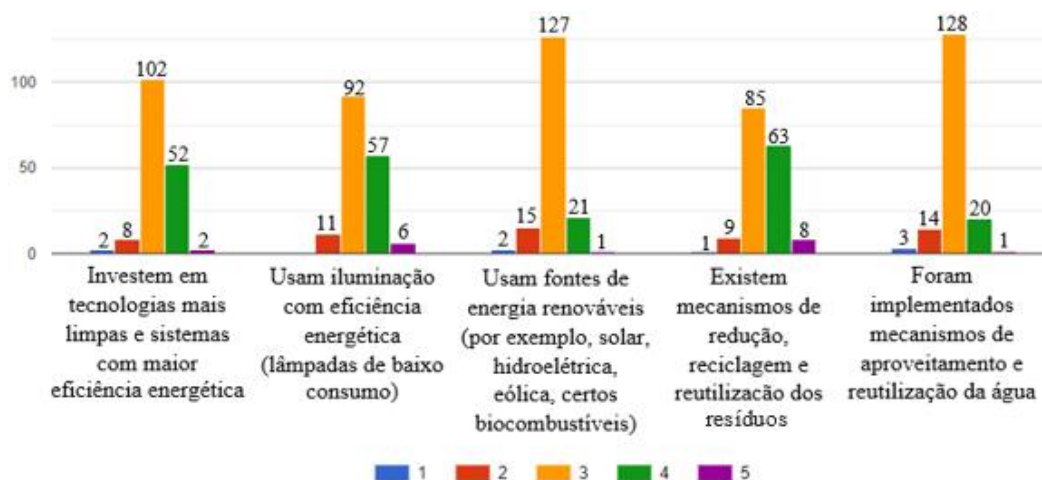
Observando as médias do construto dos empreendimentos turísticos ($\bar{x}QET1 = 3,27$; $\bar{x}QET2 = 3,35$; $\bar{x}QET3 = 3,02$; $\bar{x}QET4 = 3,41$ e $\bar{x}QET5 = 3,01$), percebe-se que os residentes, de uma maneira geral, não têm conhecimento do modo de funcionamento dos empreendimentos turísticos da cidade, pelo que não se pode concluir, em termos gerais, se eles adotam medidas sustentáveis, no entanto em relação aos itens QET1, QET2 e QET4, podemos observar, pelo gráfico 8, que existe uma expressão significativa de residentes que concorda com o facto dos empreendimentos turísticos da cidade (pelo menos os que conhecem), investem em tecnologias mais limpas e sistemas com maior eficiência energética, usam iluminação de baixo consumo e dispõem de mecanismos de redução, reciclagem e reutilização dos resíduos.

A variável QSDT3, presente no construto da sustentabilidade do destino turístico (gráfico 9), apresentou um valor médio de 3,18, pelo que observamos que os residentes também não têm conhecimento sobre se a cidade tem políticas que exigem que as empresas turísticas minimizem os impactos ambientais, ou seja, não sabemos se os empreendimentos turísticos têm alguma obrigação, no que diz respeito à adoção de medidas mais amigas do ambiente.

Com a variável QSDT1 ($\bar{x} = 3,24$), também presente no construto da sustentabilidade do destino turístico (gráfico 9), percebemos que os empreendimentos turísticos não afetam negativamente os costumes, tradições e outras atividades económicas da cidade, garantindo que estes não causam danos ao ambiente cultural.

Assim sendo, após esta análise, não é possível corroborar a H9 (“Os empreendimentos turísticos adotam medidas de funcionamento sustentáveis, que contribuem para a preservação do meio físico e cultural do destino turístico”).

Gráfico 8 - Empreendimentos turísticos na cidade

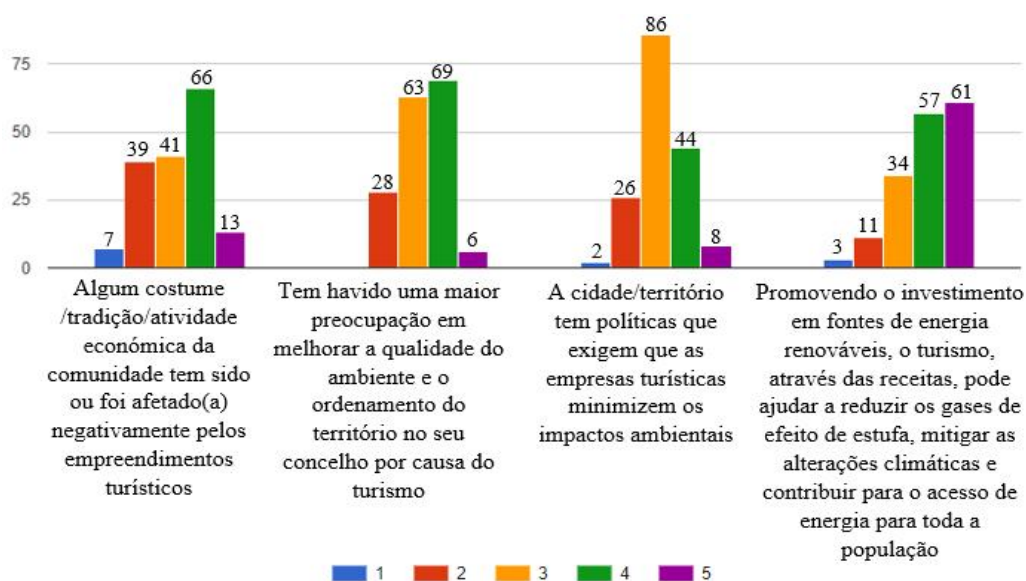


Fonte: Elaboração própria.

4.2.6 Sustentabilidade do destino turístico

Neste construto tentou-se perceber os efeitos que os empreendimentos turísticos têm ou podem ter no ambiente e na sua preservação, sendo que os itens deste construto foram relacionados com os dos restantes.

Gráfico 9 - Sustentabilidade do destino turístico - Porto



Fonte: Elaboração própria.

4.2.7 Discussão de resultados

Na literatura existem diversos trabalhos que abordam, de uma forma geral, os impactos da atividade turística no meio onde esta ocorre, pelo que são raros os trabalhos que abordam especificamente o impacto que os empreendimentos turísticos causam no destino turístico onde estão a atuar, não existindo, portanto, muitas investigações que sirvam de comparação.

Guedes e Pessoa (2009) desenvolveram um trabalho sobre os impactos ambientais dos empreendimentos turísticos no Litoral Cearense, mais concretamente o caso do empreendimento Aquiraz Riviera. Estes autores concluíram que este era benéfico para o desenvolvimento económico da região (maior oferta de empregos, um maior crescimento do comércio, etc.), no entanto apresenta impactos negativos sobre os componentes dos meios físico e biológico, sendo que a maior carga de efeitos negativos concentra-se na fase de implantação do empreendimento. Estes resultados vão de encontro aos alcançados neste trabalho, uma vez que pode observar-se a existência de uma certa concordância com o facto dos empreendimentos turísticos, enquanto parte da atividade turística, contribuírem, também, para o desenvolvimento económico da cidade. Nesta investigação, pudemos ainda concluir que a construção de hotéis (empreendimento turístico com maior expressividade na cidade do Porto) e outras instalações turísticas destrói o ambiente natural da região.

Yüzbaşıoğlu et al. (2014) realizaram um trabalho sobre o papel dos empreendimentos turísticos na sustentabilidade do destino, mais concretamente da cidade de Antalya na Turquia. Estes puderam concluir que os empreendimentos turísticos causam vários danos ao meio ambiente e que por essa mesma razão, os hotéis e empreendimentos da região, necessitavam de implementar algumas medidas que minimizassem esses mesmos danos, dando como exemplo o *Calista Luxury Resort Hotel* que é um dos melhores exemplos na Turquia em termos de aplicações ambientais.

Em termos comparativos, também pudemos concluir que no Porto os empreendimentos turísticos produzem efeitos nefastos ao meio ambiente, no entanto, não foi possível perceber, de uma forma clara, o modo de funcionamento dos empreendimentos turísticos da cidade, pelo que não se pode concluir, em termos gerais, se eles adotam medidas sustentáveis, no entanto foi possível observar que uma expressão significativa de residentes concorda que os empreendimentos turísticos da cidade (pelo menos os que conhecem), investem em tecnologias mais limpas e sistemas com maior eficiência energética, usam iluminação de

baixo consumo e dispõem de mecanismos de redução, reciclagem e reutilização dos resíduos.

5.1 Considerações finais

O presente trabalho procurou compreender quais os impactos causados pelos empreendimentos turísticos na sustentabilidade do destino turístico, mais concretamente, na cidade do Porto. Nesse sentido foi proposto um modelo que pudesse explicitar essa relação que, em termos de literatura, é muito pouco explorada, e, por essa razão, foi um desafio enorme alcançar o objetivo deste estudo.

A revisão de literatura permitiu o enquadramento teórico do estudo, bem como o problema de investigação, mostrando-se crucial para suportar as hipóteses e o modelo de investigação criados.

Posto isto, foi possível concluir que, direta ou indiretamente, os empreendimentos turísticos, aos olhos dos residentes, apresentam impactos, positivos e negativos, na sustentabilidade da cidade do Porto, tais como:

- 1 – As receitas geradas pelos empreendimentos turísticos podem contribuir (e algumas já contribuem), para ajudar a desenvolver e adotar medidas mais sustentáveis por toda a cidade que ajudem a preservar o seu ambiente físico e cultural, contribuindo para a construção de um destino mais sustentável.
- 2 – Mais empreendimentos turísticos, conseguem captar mais visitantes (a capacidade de alojamento da cidade aumenta), que, de uma forma geral, não contribuem para a preservação do meio físico da cidade. Desta forma, os empreendimentos turísticos, ainda que de forma indireta, prejudicam o nível de sustentabilidade da cidade.
- 3 – A construção de empreendimentos turísticos na cidade, aos olhos dos residentes, não tem sido feita de forma ordenada, sendo que tem existido um uso excessivo do solo e dos recursos do território, o que não beneficia o nível de sustentabilidade da cidade, muito pelo contrário.
- 4 – Apesar da maioria dos residentes não ter conhecimento do modo de funcionamento dos empreendimentos turísticos da cidade, uma expressão significativa dos mesmos confirma que são adotadas algumas medidas sustentáveis, tais como: o investimento em tecnologias mais limpas, o uso de iluminação de baixo consumo e o uso de mecanismos de redução, reciclagem e reutilização de resíduos. A implementação deste tipo de medidas contribui para o aumento do nível de sustentabilidade do destino.

De um modo geral, os empreendimentos turísticos, quando construídos de forma sustentada, isto é, sob a orientação de um bom plano de ordenamento de território (que tenha em conta a preservação do meio físico e cultural do destino) e da adoção de medidas de funcionamento sustentáveis, podem fazer com que os impactos positivos sejam superiores aos negativos, no entanto, o aumento do número de empreendimentos turísticos verificado ao longo destes últimos anos, faz com que os impactos negativos na região aumentem, principalmente aquando da sua construção, ganhando uma nova dimensão, que põe em causa a sustentabilidade do destino.

5.2 Limitações da investigação

As conclusões obtidas apresentaram-se como um grande contributo para o avanço do tema em estudo através da corroboração de hipóteses, porém a generalização dos resultados deverá ser realizada com alguma ponderação.

Independentemente da maioria das hipóteses ter sido corroborada, algumas não o foram. Uma das grandes limitações desta investigação residiu na escolha de itens para a construção do inquérito por questionário. O facto do tema em estudo ser muito pouco explorado na literatura, fez com que fosse difícil a procura por itens que fossem pertinentes de ser avaliados, o que dificultou a construção do questionário, que poderia estar muito mais completo. Não obstante, a escolha do questionário como metodologia, mostrou-se a mais adequada, não só porque era necessário um grande número de resposta, como também porque vivemos numa situação particularmente diferente devido à pandemia COVID-19.

5.3 Linhas futuras de investigação

Ainda que a amostra deste estudo não seja muito homogénea, poderia ser mais heterogénea, pelo que a primeira sugestão reside no facto de alcançar uma amostra maior e ainda mais heterogénea. Também poderá ser interessante perguntar ao inquirido o seu grau de escolaridade bem como se trabalha/contacta regularmente com actividades ligadas ao turismo, com o intuito de perceber se havia diferenças nas respostas dos inquiridos potencialmente mais informados.

Como investigação futura, sugere-se que os novos trabalhos realizados dentro desta área utilizem escalas diferentes daquelas que foram usadas neste estudo, para que desse modo seja possível verificar se as hipóteses criadas neste trabalho sejam confirmadas. Sugere-se, também, o contacto com os responsáveis pelos empreendimentos turísticos a fim de obter algumas respostas sobre o modo de funcionamento dos mesmos (se adotam ou não medidas sustentáveis e se sim, quais é que utilizam).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agência Lusa (28 de Maio de 2020). Região Norte é a que tem mais selos “Clean & Safe” em Portugal. *Diário de Notícias*. Disponível em <https://www.dnoticias.pt/2020/5/28/49908-regiao-norte-e-a-que-tem-mais-selos-clean-safe-em-portugal>.
- Almeida, J. B. R. (2016). *Sustentabilidade em Hotelaria - Uma Análise da Infusão/Difusão em Hotéis de Lisboa* (Dissertação de Mestrado, Universidade Europeia).
- Apuke, O. (2017). Quantitative research methods: A synopsis approach. *Arabian Journal of Business and Management Review*, 6(11), 40-47.
- Araújo, F. & Junior, S. (2018). Empreendedorismo e Turismo: Caracterização do perfil empreendedor do setor de turismo no Rio Grande do Norte. *Revista Turismo: estudos e práticas*, 7(1), 112-135.
- Baggio, A. & Baggio, D. (2015). Empreendedorismo: Conceitos e definições. *Revista de empreendedorismo, inovação e tecnologia*, 1(1), 25-38.
- Baleiro, R. & Quinteiro, S. (2018). *Key Concepts in Literature and Tourism Studies* (1ª edição). Lisboa, Universidade de Lisboa.
- Baran, M., Makiela, Z., & Stuss, M. (2018). The sustainability entrepreneur in the age of the information society: a conceptual model. *Przegląd Organizacji*, 11, 14-21.
- Beaver, A. (2002). *A Dictionary of Travel and Tourism Terminology* (1ª Edição). New York: CABI Publishing.
- Behm, C. (2019). Os Desafios para o Empreendedorismo Sustentável como Estratégia de Promoção da Saúde. *REVISE*, 3, 107-124.
- Bugio, A. C. S. (2019). *Ecossistemas de Empreendedorismo no Setor do Turismo: o caso da Península de Setúbal* (Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Setúbal).
- Carvalho, P.; Salazar, A. & Neves, J. (2011). *A Imagem Percebida e o Perfil do Turista de um Destino Turístico Cultural: O Caso Do Alto Douro Vinhateiro, Património da Humanidade*. In Actas das XXI Jornadas Hispano-Lusas de Gestão Científica, Espanha., Córdova.
- Castañeda, E. (2019). Análisis conceptual del turismo: hacia su visión ontológica. *Revista Turismo em Análise*, 30(3), 391-405.

- Camphenoudt, L. & Quivy, R. (2008). *Manual de investigação em Ciências Sociais* (5ª Edição). Lisboa: Gradiva Publicações.
- Clemente, V. F. M. (2019). *O Controlo Administrativo do Uso Turístico - O Alojamento Local em Lisboa* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa).
- CMP (2020). Regulamento n.º 547/2020 - Primeira alteração ao Regulamento da Taxa Municipal Turística do Porto. Retirado em 09/11/2020, de https://www.cm-porto.pt/assets/misc/documentos/Dire%C3%A7%C3%B5es%20municipais/Comercio%20e%20Turismo/DR_Primeira%20Alter%C3%A7%C3%A3o%20do%20Regulamento%20TMT.PDF
- Coelho, P. M. V. (2018). *Turismo e Sustentabilidade na Região do Algarve* (Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa).
- Costa, T. & Carvalho, L. (2015). Uma perspetiva global sobre empreendedorismo. In M. Robalo (Eds.), *Empreendedorismo – Uma Visão Global e Integradora* (1ª edição, 15-22). Lisboa: Sílabo, Lda.
- Craveiro, M. F. F. (2013). *Contributo das Áreas Rurais para o Desenvolvimento Turístico no Concelho da Guarda* (Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Turismo e Hotelaria do Instituto Politécnico da Guarda).
- Crnogaj, K., Rebernik, M., Hojnik, B. and Omerzel Gomezelj, D. (2014). Building a model of researching the sustainable entrepreneurship in the tourism sector. *Kybernetes*, 43(3-4), 377-393.
- Dauti, M. (2014). Perceptions of Sustainable Tourism by Tourists and their Impact on the Environment. *International Journal of Economics, Commerce and Management*, 2(11), 1-8.
- Dias, M. M. B. C. (2019). *Turismo e Comunidade Local – as duas faces de uma mesma moeda: um estudo de caso na zona ribeirinha de Vila Nova de Gaia* (Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona do Porto).
- Decreto Lei nº 80/2017 de 30 de Agosto. Diário da República nº 125/2017 - I Série. Economia. Lisboa.

- Decreto Lei n.º 191/2009 de 17 de Agosto. Diário da República nº158/2009 - I Série. Ministério da Economia e da Inovação. Lisboa.
- Domingos, L. S. (2017). *A Imagem do Destino Turístico Porto* (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto).
- Ebert, M. (2017). Empreendedorismo sustentável. *GV-executivo*, 16(5), 37-41.
- Embaló, T. (2013). *O Impacto do Empreendedorismo no Crescimento Económico: Evidências da América Latina* (Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria).
- Escoto, B., Boza, M. & Madrigal, D. (2019). Sustainable Tourism: A Competitiveness Strategy Perspective in Baja California. *Sustainability*, 11(24), 2-15.
- Eusébio, C. & Carneiro, M. (2012). Impactos Socioculturais do Turismo em Destinos Urbanos. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 30, 65-75.
- FCT. (2019). *Agenda Temática de Investigação e Inovação Turismo, Lazer e Hospitalidade* (1ª Edição). Lisboa: FCT
- Fernandes, J. (2016). A cidade cosmopolita: o Porto no século XXI. *O Tripeiro*, 35(1), 26-28.
- Ferreira, R. & Nabais, C. (2012). *Macroeconomia: lições e exercícios* (2ª Edição). Lisboa: LIDEL – Edições Técnicas.
- Gartner, W. (1989). Some suggestions for research on entrepreneurial traits and characteristics. *Entrepreneurship theory and practice*, 14(1), 27-38.
- Guedes, M. & Pessoa, R. (2009). Empreendimentos turísticos no litoral cearense e seus impactos ambientais: case Aquiraz Riviera. In *Embrapa Agroindústria Tropical - Artigo em anais de congresso (ALICE)*. In Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, Fortaleza, Anais.
- Goeldner, C., Ritchie, J. & McIntosh, R. (2000). *Tourism: principles, practices, philosophies* (8.ª Edição). Toronto: Wiley.
- Gusman, I., Chamusca, P., Fernandes, J. & Pinto, J. (2019). Culture and Tourism in Porto City Centre: Conflicts and (Im)Possible Solutions. *Sustainability*, 11(20), 1-21.

- Hirschfeld, D. (2019). *Three Perspectives on Sustainable Entrepreneurship* (Tese de Doutoramento, Universität Augsburg).
- INE (2019). *Anuário Estatístico da Região Norte - 2018*. (1ª edição). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P..
- INE (2018). *Anuário Estatístico da Região Norte - 2017*. (1ª edição). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P..
- INE (2015). *Anuário Estatístico da Região Norte - 2014*. (1ª edição). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P..
- Işık, C., Küçükaltan, E., Çelebi, S, Çalkın, Ö., Enser, İ. & Çelik, A. (2019). Tourism and Entrepreneurship: A Literature Review. *Journal of Ekonomi*, 1(1), 1 – 27.
- Ivanova, P. (2015). An analysis of tourist visits to Bulgaria in terms of its carrying capacity. *Народностопански архив*, (4), 19–36.
- Khargarot, G. (2019). An Overview Of Social Entrepreneurship In Tourism. *Think India Journal*, 22(14), 110-117.
- Khyareh, M. (2020). Empreendedorismo e crescimento económico: o papel de mediação no acesso ao financiamento. *JANUS.NET e-journal of International Relations*, 11(1), 105-119.
- Kilipiris, F. & Zardava, S. (2012). Developing sustainable tourism in a changing environment: issues for the tourism enterprises (travel agencies and hospitality enterprises). *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 44, 44 – 52.
- Kritikos, A. S. (2015). Entrepreneurship and economic growth. In J. Wright (Eds.) *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences* (675-680). Oxford: Elsevier
- Lans, T. Blok, V. Wesselink, R. (2014). Learning apart and together: towards an integrated competence framework for sustainable entrepreneurship in higher education. *Journal of Cleaner Production*, 62, 37–47.
- Laranjo, F. (29 de agosto de 2017). Algumas notas sobre o Morto. *Público*. Disponível em <http://p3.publico.pt/cultura/design/24448/algumas-notas-sobre-o-morto>.

- Leiper, N. (1979). The framework of tourism: Towards a definition of tourism, tourist, and the tourist industry. *Annals of Tourism Research*, 6(4), 390-407.
- Lima, F. A. A. (2015). *Impactos Socioambientais do Turismo no Distrito de Tapera: O Caso do Complexo Turístico e Residencial Aquiraz Golf & Beach Villas* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará).
- Litau, E. (2019). Concept of entrepreneurship anti-ideology. *Entrepreneurship and Sustainability Issues*, 7(2), 1308-1318.
- Lopes, A. & Miranda, C. (2017). Empreendedorismo sustentável: uma oportunidade de estratégias competitivas. *Ágora: Revista de divulgação científica*, 22(2), 45-65.
- Lusa. (23 de Novembro de 2020). Câmara do Porto com seis projectos de reabilitação e expansão de parques e jardins. *Público*. Disponível em <https://www.publico.pt/2020/11/23/local/noticia/camara-porto-seis-projectos-reabilitacao-expansao-parques-jardins-1940318>.
- Maia, R. (2016). Crescimento e desenvolvimento económico global sustentado. *Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa*, 15(1), 65-77.
- Marcelino, C. M. L. (2016). *O Impacto do Turismo Cultural nos Destinos: A Imagem de Belém como Destino Cultural Turístico* (Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril).
- Marques, R. G. (2014). *O Impacto do Empreendedorismo no Crescimento Económico: Um Estudo Empírico para os Países da OCDE* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia da Universidade do Porto).
- Martín, J., Aguilera, J. & Moreno, V. (2014), Impacts of seasonality on environmental sustainability in the tourism sector based on destination type: an application to Spain's Andalusia region, *Tourism Economics*, 20(1), 123–142.
- Martins, A. F. A. (2017). *Planeamento estratégico de destinos turísticos: contributos para o desenvolvimento da atividade turística no concelho de Tomar* (Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril).

- Martins, C. & Moraes, A. (2016). O contributo do turismo para o desenvolvimento das regiões. *Gaia Scientia*, 10(2), 84-91.
- Martins, E. C. (2006). O empreendedorismo como forma de desenvolvimento do turismo (Monografia, Universidade de Brasília).
- Martini, U. & Buffa, F. (2020). Marketing for Sustainable Tourism. *Sustainability*, 12(5), 1-6.
- McClelland, D. (1972). A Sociedade Competitiva: Realização e Progresso Social. Rio de Janeiro: Expressão Cultura.
- Milian, A. (2020). Empreendedorismo e Inovação: Perspectivas, Estratégias e Conceitos. *Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo*, 5(4), 116-131.
- Mohajan, H. K. (2018). *Aspects of Mathematical Economics, Social Choice and Game Theory* (Tese de Doutorado, University of Chittagong).
- Moreira, C. C. O. (2013). *Turismo, Território e Desenvolvimento – Competitividade e gestão estratégica de destinos* (Tese de Doutorado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).
- Moura, D. P. (2012). *Empreendedorismo no Crescimento Económico: Evidências para Portugal* (Tese de Doutorado, Instituto Universitário de Lisboa).
- Moyle, C., Moyle, B., Ruhanen, L., Bec, A. & Weiler, B. (2018). Business Sustainability: How Does Tourism Compare?. *Sustainability*, 10(4), 1-15.
- Mwatsika, C., Kambewa, P., & Chiwaula, L. (2018). Untangling the concept of entrepreneurship towards a common perspective. *African Journal of Business Management*, 12(14), 451-470.
- Oliveira, M. & Salazar, A. (2011). Os impactos do turismo: o caso da viagem medieval de Santa Maria da Feira. *Tourism & Management Studies*, 1, 744-765.
- Oliveira, M. (2014). *A Influência dos Eventos na Taxa de Ocupação Hoteleira. Study Case - Montebelo Viseu Hotel & Spa* (Relatório de estágio para obtenção de grau de Mestre, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril).

- Oliveira, R. A. (2013). *Empreendedorismo e inovação no turismo. A Herança MagnaTM como atração cultural* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).
- Oliveira, V. F. C. (2015). *Modo de Gestão para a Sustentabilidade de Destinos Turísticos - Análise do Caso de Estudo de Percursos da Região de Sintra-Cascais* (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa).
- Pacheco, L., Tavares, C. & Madaleno, M. (2019). Perceived impacts of tourism by shop owners: the case of Porto, Portugal. *Tourism Today*, 18, 54-78.
- Patuleira, M. L. A. S. (2012). *O Turismo Residencial, os Resorts Integrados e as Motivações: o caso do Polo de Desenvolvimento Turístico do Oeste* (Tese de Doutoramento, Faculdade de Economia da Universidade do Algarve).
- Pereira, P. (2005). A Actividade Turística e a Sustentabilidade das Regiões de Destino. *Actas do X Colóquio Ibérico de Geografia*. Évora: Universidade de Évora.
- Peters, M., Chan, C. & Legerer, A. (2018). Local Perception of Impact-Attitudes-Actions towards Tourism Development in the Urlaubsregion Murtal in Austria. *Sustainability*, 10(7), 1-28.
- Pina, S. F. (2012). *Como surgem e se desenvolvem unidades TER e percepção do seu impacto no território: Estudos de Caso em Janeiro de Cima e Escalos de Baixo* (Dissertação de Mestrado, Universidade da Beira Interior).
- Pirnar, I. (2015). The Specific Characteristics of Entrepreneurship Process in Tourism Industry. *Selçuk Ün. Sos. Bil. Ens. Der*, 34(4), 75-86.
- Ponath, J. & Oliveira, W. (2019). Turismofobia, os dois lados da problemática. *Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território*, 7(12), 42-58.
- Proença, S. & Parreira, P. (2018). *Global Entrepreneurship Monitor (GEM): Condições estruturais do empreendedorismo em Portugal*. In. P. Parreira, T. Paiva, L. Mónica, L. Alves, & J. H. Sampaio (Eds.), *As Instituições de Ensino Superior Politécnico e a Educação para o Empreendedorismo* (1ª edição, 75-89). Braga: Instituto Politécnico da Guarda.

- Proetti, S. (2017). As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: um estudo comparativo e objetivo. *Revista Lumen*, 2(4), 1-23.
- Quadros, M. (2016). *Perceções dos Residentes sobre os Impactos do Turismo e na Comunidade Local* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia e Gestão da Universidade dos Açores).
- Quonian, L., Moser, M. & Souza-Lima, J. (2019). Meio Ambiente e Sustentabilidade. *Relações Internacionais no Mundo Atual*, 1(22), 142-160.
- Rangel, M., Rodrigues, J. & Mocarzel (2018). Fundamentos e princípios das opções metodológicas. Metodologias quantitativas e procedimentos quali-quantitativos de pesquisa. *Revista Interdisciplinar de Ciências e Artes*, 8(2), 5-11.
- Regulamento n.º 547/2020 de 1 de Julho de 2020. Diário da República n.º 126/2020 - II Série. Município do Porto. Lisboa.
- Ribeiro, M. A. S. (2009). *Atitude dos Residentes Face ao Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia da Universidade do Algarve).
- Rodrigues, B. H. R. (2018). *Turismo Cultural e Desenvolvimento. A Rota das Catedrais e o Caso de Santarém* (Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).
- Santo, P. D. G. E. (2012). *Avaliação da Sustentabilidade da Gestão de Resorts* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa).
- Santos, J. G. (2013). *Sistema de Indicadores de Sustentabilidade para o Turismo: aplicação de uma abordagem participativa em Porto de Galinhas, PE* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco).
- Sarango-Lalangui, P., Santos, J., & Hormiga, E. (2018). The Development of Sustainable Entrepreneurship Research Field. *Sustainability*, 10(6), 1-19.
- Schmitt, C. & Husson, J. (2017). Entrepreneurial situations, definition and interests for entrepreneurial research. *International Journal of Entrepreneurship and Small Business*, 30(1), 22-37.

- Schumpeter, J. (1934), *The Theory of Economics Development: An Inquiry Into Profits, Capital, Credit, Interest, and the Business Cycle* (10ª edição). New jersey: Transaction Publishers, Rutgers.
- Semedo, A. C. (2019). *Segurança e Turismo – A Polícia Nacional e a Promoção da Segurança no Turismo em Cabo Verde* (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna).
- Shane, S. & Venkataraman, S. (2000). The promise of entrepreneurship as a field of research. *The Academy of Management Review*, 25(1), 217-226.
- Sharpley, R. & Telfer, D. (2014). *Tourism and development: concepts and issues* (2ª edição). Bristol: Channel View Publications.
- Shepherd, A. & Patzelt, H. (2011). The New Field of Sustainable Entrepreneurship: Studying Entrepreneurial Action Linking “What Is to Be Sustained” With “What Is to Be Developed”. *Entrepreneurship, Theory and Practice*, 35(1), 137-163.
- Silva, A. F. C. P. (2017). *Turismo e impactos socioculturais: proposta de desenvolvimento sustentável para o centro histórico do Porto* (Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Porto).
- Silva, S. M. (2017). *Os Impactos Socio-económicos do Turismo: Estudo de Caso na Comunidade Brasileira de Jericoacoara – Ceará, 2000-2015* (Tese de Doutorado, Universidade Fernando Pessoa).
- Silveira, J. M. M. (2017). *Integração ambiental sustentável do turismo no território - modelo de apoio à decisão para a gestão de recursos naturais em empreendimentos turísticos* (Tese de Doutorado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).
- Snyder, H. (2019). Literature review as a research methodology: An overview and guidelines. *Journal of Business Research*, 104, 333-339.
- Souza, M. & Pavan, K. (2016). Novas tecnologias, sustentabilidade e meio ambiente sadio e equilibrado: um desafio para os dias atuais. *Conpedi Law Review*, 1(12), 8-33.
- Stevenson, H. & Jarillo, J. (1990). A paradigm of entrepreneurship: entrepreneurial management. *Strategic Management Journal*, 11, 17-27.

- Teixeira, A. L. (2019). *Os efeitos das percepções de Qualidade de Vida e da Imagem no Word of Mouth dos territórios: A visão dos residentes* (Dissertação de mestrado, Escola Superior de Educação de Coimbra).
- Tippett, A., Ytterdal, E. & Strand, Ø. (2020). Ecolabelling for tourism enterprises - What, why and how (Relatório N° 5.2.1). Norway: Norwegian University of Science and Technology (NTNU).
- Tribe, J. (2015). *The economics of recreation, leisure and tourism* (5ª Edição). Londres: Routledge.
- Wendt, J. A. (2020). New tourism in XXI century - new definition. In E. М. Исакаев, А. Г. Ибраева, С. В. Пашков, А. С. Шаяхметова, Б. Б. Доскенова, & И. В. Савенкова, Е. М. Исакаев, А. Г. Ибраева, С. В. Пашков, А. С. Шаяхметова, Б. Б. Доскенова, & И. В. Савенкова (Eds.), *Актуальные проблемы науки и образования в области естественных и сельскохозяйственных наук: материалы международной научно-практической конференции* (94–98). Петропавловск: СКГУ им. М. Козыбаева.
- Young, T. (2016). Questionnaires and Surveys. In Z. Hua (Eds.), *Research Methods in Intercultural Communication: A Practical Guide* (165-180). Oxford: Wiley.
- Yüzbaşıoğlu, N., Yunus, T. & Pinar, C. (2014). Roles of tourism enterprises on destination sustainability: case of Antalya, Turkey. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 150, 968 – 976.
- Zelenka, J. & Kacetl, J. (2014). The Concept of Carrying Capacity in Tourism. *Amfiteatru Economic Journal*, 16(36), 641-654.

APÊNDICE I – Questionário

Seccão I

Empreendimentos Turísticos

O presente inquérito serve para avaliar os impactos que os empreendimentos turísticos têm na sustentabilidade de um determinado destino turístico, mais concretamente na cidade do Porto. Fazem parte da tipologia de empreendimentos turísticos, os estabelecimentos hoteleiros, resorts, apartamentos turísticos, aldeamentos turísticos, empreendimentos de turismo de habitação, empreendimentos de turismo no espaço rural e parques de campismo e caravanismo.

*Obrigatório

Qual o seu género? *

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino

Qual a sua idade? *

- ☐ 18 - 25 anos
- ☐ 26 - 35 anos
- ☐ 36 - 45 anos
- ☐ 46 - 65 anos
- ☐ 66 anos ou mais

Qual a sua profissão? *

- ☐ Estudante
- ☐ Trabalhador por conta de outrem
- ☐ Trabalhador independente
- ☐ Reformado
- ☐ Desempregado
- ☐ Outra: _____

Reside na cidade do Porto? *

- ☐ Sim
- ☐ Não

[Seguinte](#)

Secção II

Empreendimentos Turísticos

*Obrigatório

Empreendimentos Turísticos

As próximas perguntas estão relacionadas com o impacto dos empreendimentos turísticos na sustentabilidade (ambiente natural e cultural) do destino turístico Porto.

Em todos os conjuntos de perguntas deve indicar o seu grau de concordância em relação a cada uma das afirmações, sendo que o 1 é discordo totalmente, o 2 é discordo, o 3 é nem concordo nem discordo, o 4 é concordo e o 5 é concordo totalmente.

2.1 - Desenvolvimento Económico

1 - discordo totalmente; 2 - discordo; 3 - nem concordo nem discordo; 4 - concordo; 5 - concordo totalmente

No que diz respeito ao desenvolvimento económico da cidade, considera que: *

	1	2	3	4	5
A atividade turística gera renda para o destino turístico	☐	☐	☐	☐	☐
O turismo tem trazido mais rendimento e emprego para a comunidade local	☐	☐	☐	☐	☐
O turismo atrai mais investimentos na região	☐	☐	☐	☐	☐
Os empreendimentos são rentáveis a nível económico-financeiro	☐	☐	☐	☐	☐
O aumento do rendimento gerado pelo turismo tem contribuído para melhorar a qualidade de vida da população do seu concelho	☐	☐	☐	☐	☐

2.2 - Degradação Paisagística

1 - discordo totalmente; 2 - discordo; 3 - nem concordo nem discordo; 4 - concordo; 5 - concordo totalmente

Em relação à degradação paisagística, considera que na cidade do Porto: *

	1	2	3	4	5
O turismo provoca a deterioração do ambiente natural e paisagístico	☐	☐	☐	☐	☐
A arquitetura dos empreendimentos bem como o espaço construído foram devidamente integrados na paisagem do local	☐	☐	☐	☐	☐
A construção de hotéis está a afetar a qualidade estética do ambiente, por não haver um adequado planeamento e ordenamento do território	☐	☐	☐	☐	☐

2.3 - Fluxo de Visitantes

1 - discordo totalmente; 2 - discordo; 3 - nem concordo nem discordo; 4 - concordo; 5 - concordo totalmente

No que diz respeito ao fluxo de visitantes, acha que: *

	1	2	3	4	5
Foram construídas novas infraestruturas para atrair mais turistas	☐	☐	☐	☐	☐
Os visitantes do nosso país protegem o meio ambiente	☐	☐	☐	☐	☐
Existe uma interação saudável entre os residentes/ trabalhadores e turistas	☐	☐	☐	☐	☐
Existe diminuição da tolerância dos residentes a outras culturas	☐	☐	☐	☐	☐
Existe perda de identidade cultural	☐	☐	☐	☐	☐

2.4 - Uso do Território e dos Recursos

1 - discordo totalmente; 2 - discordo; 3 - nem concordo nem discordo; 4 - concordo; 5 - concordo totalmente

Em relação ao uso do território e dos recursos do destino em estudo, considera que: *

	1	2	3	4	5
O turismo pode levar à escassez de recursos naturais necessários à população local	☐	☐	☐	☐	☐
O turismo provoca um consumo excessivo do solo devido às construções.	☐	☐	☐	☐	☐
A construção de empreendimentos turísticos tem-se feito de forma ordenada	☐	☐	☐	☐	☐
A construção de hotéis e outras instalações turísticas destrói o ambiente natural da região	☐	☐	☐	☐	☐

2.5 - Sustentabilidade do Destino Turístico

1 - discordo totalmente; 2 - discordo; 3 - nem concordo nem discordo; 4 - concordo; 5 - concordo totalmente

No que se refere à sustentabilidade do destino turístico (Porto), considera que: *

	1	2	3	4	5
Algum costume /tradição/atividade económica da comunidade tem sido ou foi afetado(a) negativamente pelos empreendimentos turísticos	☐	☐	☐	☐	☐
Tem havido uma maior preocupação em melhorar a qualidade do ambiente e o ordenamento do território no seu concelho por causa do turismo	☐	☐	☐	☐	☐
A cidade/território tem políticas que exigem que as empresas turísticas minimizem os impactos ambientais	☐	☐	☐	☐	☐
Promovendo o investimento em fontes de energia renováveis, o turismo, através das receitas, pode ajudar a reduzir os gases de efeito de estufa, mitigar as alterações climáticas e contribuir para o acesso de energia para toda a população	☐	☐	☐	☐	☐

2.6 - Empreendimentos Turísticos

1 - discordo totalmente; 2 - discordo; 3 - nem concordo nem discordo; 4 - concordo; 5 - concordo totalmente.

Caso conheça, indique o seu grau de concordância em relação a cada uma das seguintes afirmações, sobre o modo de funcionamento empreendimentos turísticos em termos gerais, tendo por base a cidade na qual reside, o Porto. Caso não tenha conhecimento sobre o seu modo de funcionamento, preencha com o número 3 (nem concordo, nem discordo). *

	1	2	3	4	5
Investem em tecnologias mais limpas e sistemas com maior eficiência energética	☐	☐	☐	☐	☐
Usam iluminação com eficiência energética (lâmpadas de baixo consumo)	☐	☐	☐	☐	☐
Usam fontes de energia renováveis (por exemplo, solar, hidroelétrica, eólica, certos biocombustíveis)	☐	☐	☐	☐	☐
Existem mecanismos de redução, reciclagem e reutilização dos resíduos	☐	☐	☐	☐	☐
Foram implementados mecanismos de aproveitamento e reutilização da água	☐	☐	☐	☐	☐

[Anterior](#)

[Submeter](#)